



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – DAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL –
PPGAS**

MARIA AMAZONIR ARAÚJO DA CRUZ

**CONFLITO E RESISTÊNCIA: PERSPECTIVAS DE UMA MULHER
INDÍGENA SOBRE A DINÂMICA E AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO
INTERNO DE 2018 ENTRE O POVO FULNI-Ô**

Brasília/DF

2024

**CONFLITO E RESISTÊNCIA: PERSPECTIVAS DE UMA MULHER
INDÍGENA SOBRE A DINÂMICA E AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO
INTERNO DE 2018 ENTRE O POVO FULNI-Ô**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social, junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Maria Ferreira Guimaraes.

Co orientadora: Prof.^a Dra. Liliane Cunha de Souza

MARIA AMAZONIR ARAÚJO DA CRUZ

**Brasília/DF
2024**

MARIA AMAZONIR ARAÚJO DA CRUZ

**CONFLITO E RESISTÊNCIA: PERSPECTIVAS DE UMA MULHER
INDÍGENA SOBRE A DINÂMICA E AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO
INTERNO DE 2018 ENTRE O POVO FULNI-Ô**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social, junto ao Programa de Pós-graduação Em Antropologia Social do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr. Sílvia Maria Ferreira Guimarães
Universidade de Brasília
Presidente

Prof. Dr. Stephen Baines
Universidade de Brasília
Membro interno

Prof. Dr. José Ronaldo Trindade
Universidade de São Paulo
Membro externo

Prof.^a Dra. Stéphanie Nassuti
Universidade de Brasília
Suplente – Membro interno

**Brasília/DF
2024**

AGRADECIMENTOS

Quem conhece a expressão “tirar leite de pedra” e seu significado, vai entender o porquê estou citando-a aqui, nesse meu trabalho. Para quem não o conhece, explicarei: “tirar leite de pedra” quer dizer “fazer algo praticamente impossível”. Consegue tirar leite de pedra aquele que obtém o improvável resultado positivo numa situação bem, bem desfavorável. Se refere a realizar algo grandioso ou dificultoso apesar dos poucos – ou nulos- recursos. Isso foi o que aconteceu nessa caminhada que percorri para aprofundar-me como pesquisadora num assunto extremamente atual e delicado para nós indígenas do Povo Fulni-ô, cujo tema me machuca por fazer parte da problemática pesquisada. Mas que, com ajuda e cooperações que recebi, as quais citarei adiante, acredito ter realizado algo que futuramente pode contribuir de alguma forma positiva, a partir de uma situação tão negativa para meu Povo.

Agradeço ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me contemplaram com uma bolsa de mestrado durante toda minha pós-graduação. Agradeço ao corpo docente e secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, em especial, a Prof.^a Dra. Silvia Maria Ferreira Guimarães, minha orientadora, pela sua paciência com as minhas inseguranças, por me ajudar a dar forma e organizar meus pensamentos ao elaborar esta Pesquisa. Agradeço-a principalmente pela sua compreensão aos meus limites para expor situações importantes para o trabalho, mas que faziam parte do convívio secreto da nossa tradição. Agradeço a minha coorientadora a Prof.^a Dra. Liliane Cunha de Souza pelas preciosas observações, sugestões e críticas que contribuíram bastante para este trabalho.

Agradeço a todo povo Fulni-ô que, direta e indiretamente participaram desta pesquisa, que assim como eu, mesmo machucados e preocupados com tal situação se dispuseram a me ouvir e a falar sobre o tema. Agradeço-lhes especialmente pela confiança, que várias vezes me confidenciaram coisas muito íntimas que não tinham falado nem mesmo para seus mais próximos. Agradeço ao meus pais Jamerson Severo de Araújo e Creuza da Cruz de Araújo por sempre confiarem em mim; aos meus filhos Jarceli Cruz Ferraz, Saôry Txheska Araújo Ferraz e Kezo Yaxi Araújo pela paciência e compreensão à minha ausência; aos meus irmãos Neco Araújo da Cruz, Maruanã Cruz Araújo, Wakanan Araújo da Cruz, Kelly Rosane Araújo de Brito e Mayarumã Araújo da Cruz pelo apoio ao cuidarem de meus pais, filhos e cachorros durante minha ausência. Aos meus cunhados Quênio Feitoza de Matos, Auricélio de Brito, Jessica Pereira e Bianca Brito, que ao lado de meus irmãos, cuidaram também de meus filhos e pais; aos meus verdadeiros tios, sobrinhos e primos que sempre estiveram comigo, principalmente nos piores momentos.

Também à família que adquiri em Brasília, Celia de Moraes, Ana Paula Sabino, Vera Alice Viana, Cleide Oliveira, Camila Vaz, Claudia Renault e Dione Moura, que sempre e de alguma forma, me ajudaram, me acolheram e me incentivaram durante minha temporada em Brasília, e em especial ao antropólogo e professor da UFG João Dantas por me ajudar na formatação deste trabalho.

E por último, não menos importante, agradeço aos meus mentores sobre yakeãkyalha e yaathe, Jamerson Severo de Araújo, Amazoni Araújo Silva (*in memoriam*), Marilena Araújo de Sá (*in memoriam*), com estes aprendi a ter orgulho do nosso tronco, a respeitar as regras de nossa organização tradicional e a não me curvar diante de situações errôneas para agradar quem quer que seja. Agradeço também aos meus

jovens mentores Nocy Araújo da Cruz, Siato Araújo de Sá e Yaponan Amorim pela paciência e disponibilidade em me ajudar com a escrita e significados de palavras na língua *yaathe* para este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central compreender a dinâmica do conflito vivido pelos Fulni-ô em tempos recentes, a partir de 2018. Pretende analisar o conflito e mapear a sua história, como surgiu e por que se mantém. Ao discutir entre os Fulni-ô como eles tiveram suas vidas afetadas por essa ruptura, como eram as resoluções de conflitos na vida dos Fulni-ô em tempos passados, e ao analisar o impacto do conflito na vida das lideranças e das crianças, observamos que este conflito de 2018 se tornou desestruturante para a comunidade. Assim, como ponto de partida, levanta o tema da colonização pelo mundo hegemônico que, hoje, associa frentes capitalistas e seus aliados no Estado, os quais têm acirrado os conflitos que marcam nossa sociocosmologia. Entendo que o conflito faz parte da vida social Fulni-ô, mas, entre nosso povo, tem tomado proporções alarmantes. Sou uma pesquisadora Fulni-ô e irei realizar um estudo etnográfico, buscando uma imersão no tema que tem desestruturado a vida social do meu povo.

Palavras-Chave: Fulni-ô, conflito e etnografia

ABSTRACT

This dissertation's central objective is to understand the dynamics of the conflict experienced by the Fulni-ô in recent times, starting in 2018. It intends to follow the discussion of the conflict by mapping the history of the conflict, how it arose and why it continues; by discussing among the Fulni-ô how their lives were affected by this rupture and what conflict resolutions were like in the lives of the Fulni-ô in the past and by analyzing the impact of the conflict on the lives of leaders and children as well. As a starting point, it raises the theme of the colonization of the hegemonic world, which today associates capitalist fronts and their allies in the state, which has intensified the conflicts that mark our socio-cosmology. I understand that conflict is part of Fulni-ô social life, but among our people it has taken on alarming proportions. I am a Fulni-ô researcher and I will carry out an ethnographic study, seeking to immerse myself in the topic that has disrupted the social life of my people.

Keywords: Fulni-ô, conflict and ethnography

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Toré Fulni-ô no centro da aldeia em 2018.

Figura 2: Mapa do Brasil, localização de Águas Belas – PE.

Figura 3: Mapa dos Povos Indígenas de Pernambuco.

Figura 4: Mapa de populações indígenas no Brasil.

Figura 5: Capa da primeira cartilha da língua *yaathe*.

Figura 6: páginas da primeira cartilha da língua *yaathe*.

Figura 7: Capa da segunda cartilha da língua *yaathe* - 2003.

Figura 8: Páginas da segunda cartilha da língua *yaathe* – 2003.

Figura 9: Páginas da terceira cartilha da língua *yaathe* – 2004.

Figura 10: Entrada da Aldeia Indígena Fulni-ô em 2024.

Figura 11: Estrada pra o ouricuri velho em 2018.

Figura 12: Estrada para o ouricuri novo em 2024

Figura 13: Bifurcação das estradas para o ouricuri velho e para ouricuri novo em 2024.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. MÉMORIAS PESSOAIS E O TEMA DA PESQUISA	11
Caminhos metodológicos	43
CAPÍTULO II. QUEM SÃO OS FULNI-Ô?	46
A nossa língua, nossa memória coletiva viva	53
Sobre a organização social e cerimônia do ouricuri: respeito e hierarquia, valores que fortalecem o grupo étnico.....	57
Narrativas mitológicas	73
Sobre o juazeiro, a arvore sagrada do Ouricuri.....	74
Sobre o castigo (consequências de desobediência e quebra de regras).....	74
Encontro com o sol (reverência e intimidade com os elementos da natureza) .	75
A obediência da jiboia (uma comunicação entre o indígena e o animal por meio da língua yaathe)	75
CAPÍTULO III. A HISTÓRIA DO CONFLITO	
DO POVO FULNI-Ô (2018 A 2024)	77
CAPÍTULO IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS, COMO ESTAMOS HOJE.....	106
REFERÊNCIAS	118

CAPÍTULO 1. MÉMORIAS PESSOAIS E O TEMA DA PESQUISA

“- Mazoni, você vai se arrepender! E um dia você vai dizer: ‘Bem que meu pai tinha razão!’”. Essa frase não sai da minha cabeça, porque foi a única vez em que eu senti medo de meu pai estar com a razão. Havia passado no curso de Comunicação Social na Universidade de Brasília/UnB, na primeira etapa do Convênio FUB/Funai de 2004. Tudo era uma novidade para todos os povos indígenas.

Era março de 2004, madrugada, ainda estava escuro. O carro estava na porta da minha casa, na aldeia sede da Terra Indígena Fulni-ô/PE, esperando-me para me levar ao Aeroporto Internacional do Recife-Guararapes/Gilberto Freyre. Eu seguiria para Brasília/DF fazer meu curso de graduação em Comunicação Social. Ao fazer esse movimento, deixava na comunidade minhas filhas, meu casamento, meus pais e meu povo. Levava comigo sentimentos negativos como: o medo de não dar certo, de perder meu casamento e minhas filhas e a insegurança de enfrentar sozinha um novo mundo. Mas também levava comigo sentimentos positivos e os sonhos, a esperança de um dia ser alguém que pudesse fazer algo de bom para o meu povo.

Possuía a vontade de ser um diferencial e a certeza de que, onde chegasse seria para orgulhar e honrar meus ancestrais. Mais tarde eu entendi que aquilo que meu pai dizia não era para me tirar as forças, mas era o medo que ele tinha de eu me deslumbrar com a vida dos não indígenas e me esquecer de quem eu realmente era.

Sou Amazonir. Meu nome de registro é Maria Amazonir Araújo da Cruz, filha de Jamerson Severo de Araújo e Creuza da Cruz de Araújo. Meus avós paternos são Francisco Araújo de Souza e Maria Julia Severo. Meus avós maternos são Luís Zeferino da Cruz e Edite Pires. Sou filha de pais descendentes dos *Fowklasa* (um dos cinco povos

que deram origem ao povo Fulni-ô de Pernambuco. Ver mais adiante), *Fowklasa* também sou. Atualmente me auto identifico como pertencente ao povo Fulni-ô e Kariri-Xocó. Meu pai é Fulni-ô e minha mãe Fulni-ô e Kariri-Xocó de Alagoas.

Meu pai é agricultor. Não sabe ler nem escrever o português. Na fala, não domina bem o português. Sempre trabalhou com a terra, agricultura e gado. Foi ele que me ensinou as primeiras palavras em *yaathe* (língua materna do Povo Fulni-ô que, em português quer dizer: “nossa fala”). Quando criança, à noite, no ouricuri - local onde realizamos a grande cerimônia que reúne nosso povo e revivifica o bom modo de ser Fulni-ô - eu e meus irmãos costumávamos ouvir os ensinamentos do meu pai, deitados numa esteira de palha, no chão em frente à nossa casa, sob a luz da lua e ao som dos grilos. Colocávamos nossas cabeças nos braços fortes dele. Apreciando a beleza do céu estrelado, ouvíamos atentamente ele contar histórias que ele ouvia de seus antepassados, e nos ensinava os nomes em *yaathe*, das coisas mais simples da natureza e do dia a dia: *t`nyá* (estrela), *txá* (céu), *f`theá* (noite), *tx`txayá* (dia), nome de árvores, animais etc. Ele também nos ensinava sobre *yakeããkylha* (em português significa “nossa história espiritual”) suas regras, seus limites e a importância de buscarmos mais conhecimentos e de jamais assumir funções que não fossem de nossa competência, elementos esses protegidos pelo segredo. Contudo, meu pai sempre nos ensinou a honrar os nossos troncos e antepassados, a sermos firmes nas nossas decisões, a enfrentarmos os mais difíceis desafios com dignidade. Nos ensinou a termos orgulho de quem nós somos. Ele também nos ensinou a não desistir do amor e da verdade, porque, segundo ele, é com o amor e com a verdade que iremos assegurar a tradição do nosso povo para as gerações futuras.

Minha mãe nasceu na aldeia Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas. Sua mãe era Kariri-Xocó e seu pai era Fulni-ô. Ainda criança, minha mãe conheceu e começou a frequentar o ritual Fulni-ô, posicionou-se em suas funções espirituais e tradicionais, advindas de seu pai. Ao ficar adulta conheceu e casou com meu pai, passou a morar na aldeia Fulni-ô e juntos tiveram oito filhos, duas morreram ainda bebês e seis filhos estão vivos, três mulheres: Kelly, Amazonir e Neco; e três homens: Wakanan, Maruanã e Mayarumã.

Sempre firme em suas raízes Kariri-Xocó com o intuito de repassar essa identidade para nós, minha mãe nos levava, anualmente, para o Ouricuri de Kariri-Xocó, que acontece sempre no mês de janeiro. Para isso, ela enfrentava muitas dificuldades de locomoção e financeira, porque naquela época, não havia transporte direto de Águas Belas para Porto Real do Colégio, e com os filhos pequenos, ainda assim, minha mãe conseguia nos levar para a festa do ouricuri (termo usado pelo povo para se referir aos quinze dias do principal ritual espiritual Kariri-Xocó).

Outro aspecto importante sobre a minha mãe foi sua dificuldade e sofrimento para terminar o segundo grau, sem familiares por perto, sem ajuda financeira dos pais e necessitando cuidar dos filhos pequenos. Ela levava a mim e minha irmã para escola e, ainda, levava uma panela de milho cozido para vender durante o intervalo das aulas, para ter dinheiro e ajudar nas despesas da casa, e com muito esforço ela conseguiu concluir o ensino médio. Depois do nascimento da quarta filha, ela conseguiu o emprego de professora primária na Fundação Nacional dos Povos indígenas (FUNAI), e foi com ela que aprendi a sonhar e ter esperança de tempos melhores.

Durante toda a minha infância, morei na aldeia indígena Fulni-ô, no município de Águas Belas, no estado de Pernambuco. Sempre participei dos rituais Fulni-ô, de acordo

com minhas competências advindas do meu pai, uma vez que o povo Fulni-ô é patrilinear e os filhos herdam funções espirituais internas dos nossos pais. Desde sempre também frequentei e participei dos rituais do povo Kariri-Xocó, pois minha mãe sempre nos levou para vivenciar e cumprir nossas funções espirituais e internas, uma vez que o povo Kariri-Xocó é bilateral ou bilinear (também denominada filiação dupla, ocorre se o indivíduo é ligado ao grupo patrilinear do pai e ao grupo matrilinear da mãe).

Ainda, durante a minha infância, na década de 1980, vivendo em nossa aldeia com casas sem luz elétrica e pouquíssimos aparelhos de TV. Nós, as crianças, costumávamos brincar livres na aldeia. Era a década em que muitas coisas estavam acontecendo sobre a questão indígena. A maioria da população na aldeia não tinha ideia de algumas dessas lutas no âmbito nacional, como a participação indígena na constituinte em 1988, onde os líderes como Ailton Krenak e outros lutavam para assegurar os nossos direitos.

Nossas lutas e resistências eram cotidianas e tinham como referências nossos problemas localizados. Vivíamos mudanças intensas e algumas graves, como a perda da nossa língua materna *yaathe*. Muitos anciãos estavam morrendo. Os jovens estavam desmotivados em falar a língua. As crianças só falavam o português dentro e fora das escolas. Foi quando a professora Marilena Araújo de Sá, indígena Fulni-ô, na luta para não deixar a língua ser extinta, criou a Escola Bilíngue Antônio José Moreira, onde nos ensinava a falar e escrever na nossa língua materna para preparar uma nova geração capaz de dominar as duas línguas, português e *yaathe*.

Foi, então, que nossas vidas começaram a tomar outro rumo. Até nas brincadeiras de crianças, voltamos a utilizar a língua *yaathe*. Lembro de uma brincadeira que em filas indianas, andando nas portas das casas, nós dizíamos assim: *tooti hoa?* (de quem é essa casa?) a criança que estava na frente respondia de quem ela achava que era, se acertasse,

continuava e se errasse o dono, ia para o final da fila... E no dia a dia, nós já começávamos a pesquisar significados das palavras em *yaathe* com nossos pais ou anciões. Voltar a falar a língua nos fortaleceu em nosso pertencimento social, abriu uma dimensão do orgulho e admiração por quem éramos, passo importante para seguir na luta como indígenas.

Na década de 1990, na minha adolescência, as coisas pareciam estar dando certo. Nossos direitos diante do Estado estavam sendo respeitados, a educação nas aldeias estava se adequando às nossas realidades e necessidades. Eram passos pequenos, mas parecia estar andando. Na aldeia, as crianças e adolescentes já não tinham mais vergonha de falar o *yaathe*. A Escola Bilíngue estava cumprindo sua função educacional, cultural e social, além de ensinar o *yaathe*, também ensinava os cantos e danças tradicionais. Posteriormente, a Escola Indígena Marechal Rondon, em que era ensinada a educação básica dos não-indígenas para as crianças indígenas, começou a ensinar a língua materna e incentivar a cultura do nosso povo. Foi um momento de sentir e viver nosso pertencimento, de enfatizar nossa identidade, falar a língua *yaathe*, ter a língua novamente reacendeu em todos nós, uma dimensão importante de orgulho de ser Fulni-ô.

Por outro lado, tivemos uma situação negativa que afetou a todos nós. Foi desencadeado o primeiro conflito interno entre os Fulni-ô, do qual eu tenho lembrança. Com seu início, o povo se dividiu em duas partes: uma era formada por indígenas que seguiam o pajé, na época, Cláudio Pereira Júnior e o cacique João Francisco dos Santos e outra era formada por aqueles que faziam parte de “o grupo” formado por 12 homens nas idades entre 35 e 50 anos e suas famílias. Esse “grupo” era uma minoria e o intuito de sua criação não foi tomar o lugar dos líderes que regiam a aldeia, mas sim, complementar os trabalhos deles em prol do povo. “O grupo”, no início de sua formação, teve o aval dos dois principais líderes, o cacique e o pajé, e tinha como objetivo sair para

Brasília/DF e outras cidades, se necessário, para conseguir projetos e melhorias sociais e financeiras para os parentes, uma vez que os líderes não podiam se ausentar por muito tempo da aldeia. Mas não deu muito certo, membros de “O grupo” se aproveitaram da situação em benefício próprio e individual. Diante disso, as lideranças tradicionais e o povo não ficaram satisfeitos com o que estava ocorrendo e o conflito se instaurou e estendeu por aproximadamente três anos. Esse problema conseguiu ultrapassar as barreiras do ouricuri, adentrá-lo e sutilmente afetou a espiritualidade, mas teve um fim e o povo voltou a se unir.

No final da década de 1990, período em que eu me apaixonei pela sala de aula, minha mãe era professora primária. Ensinava crianças da primeira à quarta série, como servidora da Funai, e me levava para ajudá-la durante suas aulas e para colaborar na criação de danças e apresentações artísticas para a programação do “Dia do Índio” na aldeia. Com o passar do tempo, comecei a substituí-la e às suas colegas de trabalho, em suas respectivas turmas. Em 1997, durante o terceiro e último ano do ensino médio, casei e tive minha primeira filha.

Após terminar o antigo magistério, eu e duas colegas criamos uma pré-escola na aldeia, que se chamava “Escolinha Indígena Imaculada Conceição”, durou pouco mais de dois anos, tempo suficiente para eu descobrir que eu podia também trabalhar com crianças nos anos iniciais e gostava muito de o fazer.

No início da década de 2000, tive minha segunda filha e participei de uma seleção para professores de alfabetização de jovens e adultos (EJA). Aprovada, fui participar da formação específica em São Paulo/SP com mais 10 colegas não-indígenas da cidade de Águas Belas/PE. Foi a primeira vez que me deparei com um dos primeiros desafios que enfrentei por ser educadora indígena: uma colega da equipe, que era muito extrovertida e

popular, usou termos preconceituosos e debochados para com os povos indígenas em meio às suas brincadeiras, durante a viagem. Logo me senti desconfortável, mas não ousei revidar, pois eu era minoria e meu profissionalismo não me permitia entrar em confrontos antes mesmo de chegar ao meu objetivo.

Enfrentei o desafio mostrando o contrário do que aquela colega e talvez as demais achavam. Dei o meu melhor naquele treinamento e obtive um dos melhores resultados no final de tudo. Durante a formação, minha pequena experiência em salas de aulas durante a adolescência foi importante para eu desenvolver, com êxito, as atividades que aquele treinamento pedia. Conquistei um espaço único, pela excelência dos meus trabalhos, pelo meu desempenho, e principalmente pela minha história e minha bagagem cultural. Mostrei o meu diferencial!

Voltamos para casa e fomos colocar o que aprendemos em prática. Lecionei para jovens e adultos por um ano. Foi maravilhoso! E o melhor, ainda ajudei aquela colega que tentou minimizar minha cultura e meu povo e nos tornamos amigas. Depois do término do contrato, estava desempregada. Mas continuei a participar da organização das festividades de datas comemorativas da escola na aldeia Fulni-ô: Dia do Índio; Dia das Mães e Dia dos Pais. Participei da criação de campanhas educativas e sociais voluntárias sobre meio ambiente e beneficentes. Na tentativa de continuar lecionando, surgiu um concurso para professores municipais e eu participei. Fui aprovada, mas infelizmente não fui classificada. Fiquei frustrada.

Mesmo desempregada e com duas filhas para criar, não desanimei. Meus sonhos eram maiores que as minhas frustrações. Sempre preocupada em fazer algo de bom para ajudar meu povo e cheia de ideias, em 2002, criei o Programa Indígena de Conscientização sobre os Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente - Proincon

Dideca, um projeto que foi um divisor de águas na minha vida, porque, sem pensar, eu estava fazendo minha transição de profissão. Estava deixando a profissão de educadora indígena, que eu adorava, para me tornar comunicadora indígena. Eu descobri que a comunicação era o meu verdadeiro amor! E era junto com quarenta jovens voluntários, que realizávamos semanalmente um evento artístico e educativo para as demais crianças e jovens da aldeia, e fazíamos tudo como amadores, peças teatrais, danças e musicais.

O Proincon durou dois anos e foi ali que percebi que precisava me capacitar para fazer aquele tipo de trabalho profissionalmente, eu precisava estudar mais, precisava correr atrás de uma graduação, uma faculdade. Foi então que surgiu uma oportunidade de ir a Brasília e eu fui, no primeiro momento o foco não era minha carreira, mas sim da equipe cuja eu estava acompanhando.

Nos anos iniciais da década de 2000, eu e minhas filhas fomos acompanhar o pai delas que, junto com os irmãos, foram ao Distrito Federal com o objetivo de divulgar uma banda musical que eles tinham, se chamava Banda Fulni-ô. Eles tocavam reggae em português e em yaathe. Ainda no clima dos 500 anos de descobrimento, a banda gravou CD e conseguiu seu objetivo. E enquanto a banda realizava os ensaios para cumprir seus contratos de apresentações na capital federal, eu arrastava minhas filhas pelos corredores da sede da Funai em busca de ajuda para conseguir ajuda para fazer uma faculdade. A ajuda chegou e consegui entrar numa faculdade particular de Rádio e TV, localizada no Guará II. Chegada a hora de a banda retornar para Pernambuco, um grande desafio surgiu: voltar com minhas filhas ou deixá-las ir com o pai e eu ficar para fazer a faculdade? Em consenso com o pai delas, fiquei para fazer a faculdade. No ano seguinte, a Funai e a UnB fizeram uma parceria e eu fui transferida para lá.

Em 2004, a FUNAI firmou um convênio com a Universidade de Brasília. Nessa primeira fase seria para receber os indígenas já matriculados em faculdades particulares do DF e posteriormente haveria um vestibular específico para os indígenas, a ser realizado anualmente por 10 anos. Dependendo dos resultados e do governo para as políticas públicas e de inclusão, o convênio seria renovado por mais 10 anos, o que realmente aconteceu. Esse feito foi o início de uma nova era para os povos indígenas brasileiros. Éramos onze estudantes a compor a primeira turma do convênio. Fizemos uma prova de transferência facultativa com 150 questões, 75 de português e 75 de matemática. Aprovados, entramos para a UnB.

O pioneirismo da UnB abriu oportunidades inimagináveis para nós. Nós, da primeira turma, carregávamos nos ombros, sem saber, a responsabilidade de fazer aquele projeto dar certo, para que outros pudessem também realizar seus sonhos e de seu povo.

Experiência desafiadora! A vida acadêmica era um mundo gigante e por várias vezes me sentia incapaz. Foi onde tive que me reinventar para vencer os desafios e provar para mim mesma que eu era capaz de representar o meu povo e retornar para a aldeia levando o orgulho de ter conseguido.

No primeiro ano, foi muito difícil, porque a adaptação fora de casa, sair da zona de conforto, ficar distante das pessoas que a gente ama não eram fáceis. Foi uma época em que a tecnologia se expandia em Brasília, mas na aldeia essa realidade ainda era muito distante. Então, como eu podia dizer aos professores que não conseguia fazer os fichamentos, resenhas? Primeiro porque eu não sabia nem ligar um computador. Segundo porque eu não sabia o que era um fichamento ou uma resenha. Essas duas atividades me mostravam o quanto meus estudos eram distantes daqueles que preparavam os alunos não indígenas para a UnB.

Então, tive que aprender a manusear um computador. Aprender a pesquisar o que era resenha e fichamento para conseguir realizar as atividades do semestre. Houve pessoas muito importantes para mim nessa caminhada, com as quais eu pude contar: a equipe do SOU/UnB; o departamento de educação da Funai sob a coordenação de Neide Martins; meus colegas de faculdade sempre prestativos comigo; e o meu primo paterno, Maineman de Araújo Ramos que trabalhava em Brasília, me apoiou no seu apartamento e foi ele quem comprou o primeiro computador no qual eu fazia os trabalhos da faculdade.

Em 2009, concluí a faculdade de comunicação social. Tornei-me jornalista. Na colação de grau, houve uma fala a meu respeito por eu ser fruto do Convênio entre Funai e UnB. Naquele momento, senti um misto de alegria e tristeza, alegria por concluir o curso e tristeza por saber que eu era a primeira a finalizar. Isso me preocupava pois eu sabia que tinha mais parentes que tinham começado seus cursos muito antes de mim. Eles aproveitaram muitas disciplinas que cursaram nas suas faculdades anteriores, mas ainda estavam distantes de se formarem na UnB. Diante disso, observamos que havia diversos problemas que dificultavam a permanência e desenvolvimento nos cursos para que pudessem se formar em tempo hábil. Esses problemas eram: a) a adaptação em uma cidade grande e ao cotidiano da faculdade; b) o manejo da língua portuguesa escrita e falada para estudantes que tinham o português como segunda língua e c) a distância e ausência do seu povo.

Outra coisa que me deixou triste foi a ausência da minha gente naquele momento especial da minha vida. Os meus colegas tinham familiares e amigos falando seus nomes, muitos aplausos e gritos de alegria quando seus nomes eram chamados para receber o certificado. Eu estava distante do meu território.

De 2010 a 2011, trabalhei na Assessoria de Comunicação da UnB. Ao voltar para a aldeia, trabalhei nas assessorias de comunicação de prefeituras e campanhas políticas. Em maio de 2012, fui mãe do meu terceiro e último filho. Continuei como assessora, fui fotógrafa freelancer de eventos sociais e culturais na cidade de Águas Belas/PE e na aldeia. Durante os trabalhos com fotografia e eventos culturais, percebi que precisava estudar mais, surgiu a vontade de fazer uma pós-graduação, inscrevi-me em algumas, próximas à aldeia, mas não deram certo.

Decidi então, em 2014, ir a Brasília, para tentar uma pós-graduação ou mestrado na área de comunicação ou antropologia. Fiz pouco mais que um ano de pós-graduação, no curso de comunicação e eventos, na Faculdade JK, no turno da noite. Nessa época, trabalhava numa loja de roupas indianas e no restaurante Sabor Brasília, durante o dia, para pagar a pós-graduação e me manter com os filhos na capital.

Vale ressaltar que durante esse processo de idas e vindas a Brasília/DF, nunca deixei de participar dos rituais na aldeia. Sempre que chegava a época, setembro a dezembro em Fulni-ô e janeiro em Kariri-Xocó, eu voltava com meus filhos para eles poderem participar e que suas identidades indígenas não fossem afetadas. Em 2016 retornei para a aldeia Fulni-ô e recebi um convite para trabalhar na campanha política de candidatos a prefeito e vereador. No ano seguinte, trabalhei na prefeitura como fotógrafa. A vontade de estudar parecia não existir mais em mim. Eu estava acomodada e queria ficar só na aldeia mesmo, mas isso não durou muito tempo.

Em agosto de 2018, um fato histórico aconteceu entre o povo Fulni-ô. Iniciava-se o segundo conflito interno e mais grave entre meu povo. Uma situação que dividiu o povo mais uma vez, e ainda divide. Seria o fim e o início de uma nova era? Há quem chama de “um grande dilúvio”, que se abateu entre nós. Outros, chamam de “briga de poder”. Eu

chamo de “um grande conflito interno”. Em suma, é uma situação extrema que vivemos e que fragiliza nossa organização social e pertencimento. Com a morte do cacique João Francisco dos Santos, um novo cacique seria apresentado ao povo. Numa cerimônia espiritual, histórica, iríamos conhecer o novo cacique. Mas muita gente saiu insatisfeita (ver mais no capítulo 3.).

Há quem diga que, segundo as tradições Fulni-ô, regras foram quebradas, líderes tomaram funções e posições que não lhes pertenciam. Muitos saíram desesperados, desolados e aflitos. Ao final da cerimônia, um novo cacique foi apresentado ao povo.

Em setembro, entramos para o ouricuri e lá também foi complicado, pois era um local sagrado, adorado e extremamente respeitado, não poderia ter confusão, nem qualquer tipo de situação conflituosa, mas segundo alguns líderes espirituais, algo teria que ser feito para que o “verdadeiro” cacique fosse apresentado ao povo. Isso aconteceu. Um novo cacique e um novo pajé foram apresentados ao povo Fulni-ô. Assim, pela primeira vez na nossa história do povo Fulni-ô, havia dois caciques e dois pajés (ver mais no capítulo 3). E aqueles que acreditavam que a escolha do primeiro cacique foi errada, porque regras ancestrais foram quebradas e “clamavam” por respeito a *yakeããkyalha*, aceitaram os novos líderes.

Em dezembro, quando saímos do ouricuri. O povo estava se dividindo fortemente e se enfraquecendo religiosamente. Famílias começaram a se dividir. Casamentos e amizades a se desfazerem e a raiva estava dominando a situação. Foram nove meses conflituosos. O povo estava dividido em “Lado A” e “Lado B”. Denomino aqui lado A e B para discorrer sobre esse tema porque é assim que definimos esses dois grupos que se formaram. Lado A é composto por indígenas que NÃO aceitam a nova liderança; e lado B é composta pelos indígenas que aceitam a nova liderança.

Em agosto de 2019, quando foi marcado o ouricuri, liderado pelo cacique e pajé do “lado A” algumas famílias acompanharam, outras ficaram na aldeia. O povo liderado pelo cacique e o pajé do “lado B” ficou na aldeia, aguardando o que seus líderes fariam e estes decidiram ficar na aldeia grande, sem ir para o ouricuri.

Em 2020, ano da chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil, o vírus assolou no país, também tivemos mortes nas aldeias, foi um acontecimento muito triste para todos, principalmente por não podermos cumprir com nossa tradição em velar e enterrar os nossos mortos como sempre fazíamos. Sobre a divisão, os casamentos e amizades se desfaziam em maior proporção. Além de termos que enfrentar a pandemia, também tínhamos que lidar com as consequências do conflito interno. Mas, em agosto do corrente ano, um novo ouricuri foi criado pelos líderes do Lado B. O Povo Fulni-ô que tinha somente um ouricuri, agora, teria dois ambientes para realizar as cerimônias espirituais. A questão que se colocava é que o ouricuri também é um ambiente de resolução de conflito, essa divisão territorial poderia marcar a impossibilidade de resolver essa ruptura e uma cisão da comunidade? Mas como compreendê-la se estamos todos confinados em um mesmo território e ao mesmo tempo, parece estarmos em territórios distintos, foi isso que nos restou da colonização.

E no primeiro ano do ouricuri novo, frequentado por aqueles indígenas que se diziam indignados com as atitudes dos líderes anteriores pelo “desrespeito” a *yakeããkyalha*, neste, regras importantes também foram quebradas. Dessa vez, em uma delas (não posso dar mais detalhes porque faz parte do segredo Fulni-ô), talvez a maior quebra de regra, afetou diretamente a minha família. Fomos alvo de perseguições políticas e desrespeito ancestral. Mas devido ao nosso compromisso para com nossas funções

espirituais ancestrais, tentamos aguardar o conserto da situação. Minha família saiu do ouricuri preocupada, desolada, mas com fé que tudo se resolveria posteriormente.

E em 2021, o povo Fulni-ô seguia se dividido firmemente entre os dois ouricuris. Eu e minha família permanecíamos no ouricuri novo, preocupados e ao mesmo tempo com esperança de que aquela situação do ano anterior, no ouricuri novo, seria resolvida. Mas aconteceu o pior. Tivemos a certeza de que aquela situação não seria resolvida, e para nossa surpresa, o povo do qual fazíamos parte, voltaram-se contra nós e antes mesmo que o ritual daquele ano terminasse, eu, meu pai e meus filhos saímos do ouricuri e voltamos para a aldeia. Desde então, optamos por ficar de fora e não frequentar nenhum dos ouricuris Fulni-ô, nem o novo nem o velho. Estamos esperando voltar a ter apenas um ouricuri, um dos dois acertar o que precisa ser acertado.

Enfatizo que esse conflito não surgiu em 2018, na verdade, ele vem de muito tempo atrás e cada um de nós Fulni-ô tem sua parcela de responsabilidade, porque quando a gente se omite, se posiciona errado, ou não se posiciona, a gente também é responsável pelo que acontece no meio em que vivemos. Assim, nós, como um todo, também contribuímos, talvez inconscientemente, para tal situação, e para muitas coisas que aconteceram em Fulni-ô. Eram coisas pequenas que a gente acreditava ser besteira, e não afetar, mas afetaram, vou explicar no decorrer desse texto. E ao ouvir os depoimentos das pessoas, independentemente de ser do lado A ou B, pude saber o quão lamentam por essa situação. Várias pessoas que conversei no dia a dia na aldeia, ficam procurando e ou apontando culpados. Eu acredito que “um” culpado em si, não existe, existem vários responsáveis por partes específicas do contexto geral que nos trouxe até essa situação atual, e que, na verdade, todo o povo Fulni-ô tem sua parcela de responsabilidade, mas não é totalmente responsável. Na verdade, atualmente vejo o povo Fulni-ô mais como

vítima do que culpados, assim como os outros povos indígenas do Brasil. E por que acho isso? Porque acredito que nós somos as vítimas, que no passar do tempo, fomos deixando que uma outra cultura penetrasse na nossa, sem perceber o quão afetava nosso maior tesouro, que é *yakeããkylha*. E que, ao invés de a gente ter aprendido apenas o lado bom, dessa outra cultura, a gente aprendeu hábitos negativos, e deixamos que isso passasse de limites que antes não deixávamos passar. Quero dizer que, antes, a influência da cultura não indígena chegava até a aldeia, quando seguia para atingir a nossa dimensão espiritual, do ouricuri, existiam limites e não deixávamos passar desses, ainda menos ultrapassar o muro e aquele juazeiro do ouricuri.

Qualquer conflito que houvesse, geralmente, atingia somente questões sociais, teria que ser resolvido na aldeia, não levávamos para o ouricuri. E os não indígenas podiam ver como a nossa espiritualidade era forte e respeitada por nós. Mas, até os não indígenas pararam de ver isso, porque quando permitimos que a política e o capitalismo através de instituições e políticos ultrapassem os limites e entram no ouricuri, começamos a nos fragilizar. Estávamos mostrando para todos o quanto estávamos sendo frágeis e vulneráveis.

Um exemplo para isso que citei acima são as lembranças que tenho de quando estávamos todos, em um só ouricuri, e os ritos eram suspensos para que os políticos pudessem entrar e cumprir sua agenda ou agentes de instituições entrassem para realizar suas ações e ou fiscalizar algo. Tudo isso na ideia de estarmos na vantagem por ganhar promessas de políticos, cestas básicas ou alguma contribuição material de instituições públicas ou privadas, e quando isso acontecia, ficávamos devedores e agradecidos a eles, e qualquer movimento que quisessem fazer com ou na comunidade, não teria como dizer não, estaríamos presos a eles. Em contrapartida, muitas vezes deixávamos o nosso local

mais sagrado servir de palco político, para políticos e para instituições e órgãos. Nem sabíamos que, com esse tipo de atitude, estaríamos dizendo a eles que suas agendas, ações, eventos, eram mais importantes que os nossos ritos espirituais, tradicionais e ancestrais.

Se pensássemos que quando abríamos aqueles espaços, no nosso ambiente sagrado, para quem quer que seja ou o que quer que seja, dessa cultura não indígena, nós estaríamos abrindo espaço para que eles doassem, agradassem, enganassem e depois cobrassem de nós e ainda terem autoridade para entrar e opinar dentro da comunidade. Os não indígenas, assim, acabaram por fazer de nós, peças de um tabuleiro de xadrez: “coloca esse pra cá, e esse pra lá”. Talvez os não indígenas não entendem o que estou querendo dizer e, infelizmente, não posso ser mais clara, porque para esclarecer mais teria que me aprofundar em situações que só dizem respeito a nos indígenas por fazer parte do ritual secreto do nosso povo, mas tenho certeza que qualquer Fulni-ô vai entender o que estou querendo dizer.

Tinha dias em que, nem o presidente da república, se desejasse, poderia entrar no ouricuri, se as regras fossem respeitadas. Mas, não era isso que acontecia, as pessoas passavam a entrar livremente. Passamos a ver deputados entrarem porque ele só tinha esse dia e horário em sua agenda, e tudo no ouricuri tinha que ser parado, para receber tal personalidade. Deixávamo-lo entrar, e, com isso, mostrávamos que as suas agendas e as suas ações eram mais importantes para nós do que a nossa própria, e que respeito adquirimos com essa atitude? Nenhum. E várias vezes viram como continuávamos frágeis, assim como na época do descobrimento, o que muda e só os valores de coisas materiais que não são mais apenas “os espelhos”.

E fica visível que eles podem entrar na aldeia a hora que quiserem, colocar um indígena contra o outro, e esse jogo político faz tempo que acontece, e quando pensávamos que estávamos ganhando, por ganhar algo material deles, na verdade estávamos perdendo algo de valor incomensurável para nossa sobrevivência como indígenas.

Eu acredito que para Fulni-ô e também para todos os indígenas que moram em comunidades, que moram em aldeias, que são praticantes dos rituais, que entendem a história, as regras, as tradições, e têm consciência de sua verdadeira identidade, não há dinheiro, não há riqueza, não há nada material que dê tanta alegria para o indígena como os dias de práticas de rituais espirituais, como o ouricuri, por exemplo.

Estar no Ouricuri, junto a todos que amamos, sentindo emoções e recebendo energias positivas que fortalecem nossos espíritos, eu não acredito que a alegria que um indígena sente ao participar de um ritual, nada possa ser comparado, nem mesmo a alegria de ganhar um carro, uma casa, um apartamento, ou muito dinheiro, tenho certeza que não é. Porque a alegria, a sensação que sentimos, nós, Fulni-ô, quando participamos do ouricuri anualmente, sentimentos que dinheiro nenhum pode comprar. A sensação que a gente sentia lá, não tem nada material que faça a gente sentir a mesma sensação, ou que chegue perto do que a gente sente quando a gente está no ouricuri.

Então eu acho que com essa dinâmica, essa mistura cultural que a gente teve que aderir, e se adaptar, nós tivemos alguns ganhos, como passar a ter uma língua nova, o português, bens materiais, conforto físico maior. Mas em compensação tivemos muitas perdas, porque o principal nós estamos em um sufoco para manter, que é a nossa identidade, as nossas tradições. Eu costumo dizer e já ouvi outros indígenas também dizerem que, a gente, nós indígenas, podemos ser o que quisermos ser, sem deixar de ser

o que somos, mas é uma luta, é a gente matar um leão todos os dias para continuar mantemos as nossas tradições, não é fácil.

Antes, as nossas lutas eram externas, havia as lutas pelos nossos territórios. Essas aconteciam, principalmente, com os não indígenas, já não era bom, nunca foi, e hoje está sendo pior, porque temos que brigar com nossos próprios parentes, com pessoas que estamos juntos diariamente, participando de toda vivência. Pergunto: qual foi a vantagem? Aprendermos as coisas dos não indígenas, as boas e as ruins. E sinto que as ruins estão prevalecendo porque essas estão instigando a raiva e matando o nosso amor e o nosso respeito ao próximo. Ou seja, estamos tendo uns ganhos inovadores e perdendo coisas ancestrais dos nossos antepassados.

Toda vez que faço um trabalho ou desenvolvo algum projeto, ideia, eu não desisto, sinto vontade, às vezes, mas nunca consigo desistir, sempre finalizo. Eu sempre começo pelo meu porquê, sempre começo a me questionar e situar, e passo a fazer algo por um motivo. E são motivos fortes que me motivam a fazer o que eu quero. Por que estou dizendo isso? Para dizer que não estou escrevendo sobre o conflito, essa problemática que está no meu povo, só porque eu estou fazendo mestrado, para cumprir o cronograma e obter meu título, vou usar esse tema que está tão presente na vida do meu povo atualmente. Estou fazendo este mestrado, porque a situação atual do meu povo me instigou a querer estudar mais, pesquisar para tentar entender e ajudar a meus parentes a enxergar que nós não somos os maiores culpados dessa situação, que ao invés de jogar a culpa um no outro, precisamos avaliar a situação geral e buscar meios para resolver o que estiver em nosso alcance. Nós somos as vítimas de um sistema falho, dessa imposição de outra cultura diferente da nossa, que nós tivemos que acatar essa cultura que não é nossa,

nos adaptarmos a ela, e conviver com ela. E ainda assim permanecer preservando nossas tradições. E isso não é simples, é muito para se fazer.

Eu entrei no mestrado no intuito de mostrar isso aos meus parentes indígenas, e é por isso que estou tentando fazer essa pesquisa com excelência, porque além de falar sobre Fulni-ô, eu levo junto comigo o nome Fulni-ô. Se o resultado do que eu fizer for negativo, estarei levando o nome Fulni-ô junto. E eu não quero isso, quero fazer coisas boas. Ajudar de alguma forma, todo meu esforço se concentra na tentativa de fazer algo que possa ser útil aos Fulni-ô.

Não entrei nesse mestrado, para ser apenas uma estudante indígena fazendo uma pesquisa acadêmica para obter um título, isso não é o mais importante, o mais importante para mim é que, esse trabalho seja útil de alguma forma. A gente tem que plantar árvores que darão muitos frutos para alimentar mais pessoas. Então, o Povo Fulni-ô não parece ser culpado, parece mais ser vítima e isso não é enxergado, porque ao invés de parar tudo e observar direito a situação, buscar dentro de *yakeããkya* respostas para encontrar possíveis soluções e tentar resolver, nós indígenas ficamos culpando uns aos outros.

Me preocupa muito o que está acontecendo com os povos indígenas e, em especial, com os Fulni-ô. Por meio desta dissertação quero mostrar como essa situação tem afetado nossas vidas e o risco em que ela nos deixa diante de perdas de fatores importantes para preservação da nossa tradição. E que quando abrimos espaço para outra cultura se alastrar, mesmo conseguindo títulos de doutores, ou até ficando ricos, nada disso vale a pena, os Fulni-ô precisam entender que não há dinheiro que proporcione em nós a sensação que a gente sente quando estamos no ouricuri praticando o ritual de maneira correta, não tem outra riqueza, então não vale a pena.

No entanto, por eu ter contato com indígenas de outros povos, como os Kariri-Xocó, os Xavante, os Kayapó e os Guarani, por exemplo, sei que eles também passam situações internas semelhantes. Os conflitos existem na vida dos povos indígenas, mas também as resoluções desses conflitos. No entanto, estamos observando um acirramento desses conflitos, sem possibilidades de resolução. Apresento aqui como hipótese de minha dissertação que os conflitos tomam uma proporção e intensidade avassaladora porque estão acompanhados de processos colonizadores externos. Esses processos estratégicos fragilizam os rituais ou situações de resolução de conflitos que vivemos.

Tal acontecimento e o cenário que se desenha entre os Fulni-ô e nos demais povos, trouxe-me a vontade de analisar essa situação, a partir de uma escuta dos meus parentes. Vejo que é importante compreender mais sobre os povos indígenas e suas organizações sociais e políticas, na tentativa de descobrir o motivo de isso estar acontecendo e o quão pode ser desestruturante. Assim, no ano seguinte, em meio à pandemia, comecei a procurar editais para mestrado em Antropologia. A pandemia assolou o país, o conflito cresceu e o medo dos dois cresceram juntos, quase travei. Em 2022, passei na seleção de mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de Brasília/UnB e recebi um convite de uma grande amiga psicóloga para trabalhar na organização e revisão de um livro sobre psicologia da religião com o tema experiências transcendentais, o qual será lançado em setembro de 2024.

Atualmente, sou formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UnB. Faço especialização em Mediação e Conflitos pelo Centro de Mediadores do Distrito Federal/DF. Em paralelo a tudo isso, faço cursos de marketing digital, ativismo quântico, oratória, meditação e aqui estou eu, finalizando mais um feito que espero poder, de alguma forma, ajudar a contar a história do meu povo.

O tema que pretendo trabalhar aqui é o conflito entre o povo Fulni-ô. Quero me debruçar sobre essa questão e refletir sobre como chegamos a esse impasse. Esta dissertação trata do conflito interno que aconteceu, no período entre 2018 até 2024, a partir de perspectivas de indígenas que tiveram suas vidas transformadas ao longo desse tempo.

Apresento aqui, como passo inicial para seguirmos a trilha deste trabalho, alguns conceitos que, acredito ser importantes para iluminar esse itinerário. Trabalho com o conceito de **colonialidade** de Anibal Quijano (2005). Esse autor tem discutido como a expansão, inicialmente, do mundo europeu sobre outras partes do mundo, mas que hoje se revela na expansão de lógicas capitalistas que criaram identidades históricas e sociais, tendo a ideia de raça como central que passava a ser naturalizada nas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Visavam nessa relação entre mundos, a produção de mercadorias para o mercado mundial; formas articuladas mundialmente ao capital e mercado; novo padrão global de controle do trabalho; e novas configurações estruturais. E nessa expansão sobre territórios, pessoas e coletivos passavam a ser controlados.

A colonização desestrutura até os mecanismos de resolução de conflitos que há nos povos indígenas, pois cada povo tem sua organização interna específica de acordo com as premissas ancestrais que lhes são designadas antes mesmo de nascer, e que muitas vezes estão sendo desrespeitadas e deixadas de lado por estarem sob o jugo das leis do estado. As instituições e órgãos que foram criados para apoiar e proteger os povos indígenas, como a FUNAI, por exemplo, acirram ainda mais os conflitos internos, uma vez que empoderam indígenas que já estão atuando com pensamento individualista e não mais de comunidade.

Sobre esse acirramento do conflito entre meu povo, Melo (2008) destaca que a identidade Fulni-ô está relacionada à sua organização social que por sua vez está fundamentada nos princípios da reciprocidade, solidariedade e da representação de sua coletividade, esses estão sintetizados na expressão em *yaathe* Safensê Fotheke. Como ponto de partida, levanto o tema da colonização do mundo hegemônico que, hoje, associa frentes capitalistas e seus aliados no estado, que têm acirrado os conflitos que marcam nossa sociocosmologia. Entendo que o conflito faz parte da vida social Fulni-ô, mas entre nosso povo tem tomado proporções alarmantes. Podemos afirmar que o campo político intersocietário Fulni-ô conta com grupos patrilineares, mas os conflitos têm criado novas associações, grupos internos que têm levado a disputas entre lideranças que buscam a legitimidade para atuar internamente e nas mediações entre a comunidade e agentes externos (Estado e políticos não-indígenas locais). Na interação com os não-indígenas, nos foi imposto que deveríamos ter coesão, formar um coletivo e, na verdade, vejo que interagimos e nos aproximamos de outros povos como os Kariri-Xocó, mas nos fixaram identidades, nos impuseram um território e dentro desse devemos seguir todos como um bloco homogêneo e não é isso que vivíamos. Mas, o que acontece é que nas transformações que vivenciamos, passamos a viver essa unidade e o que nos reúne enquanto povo e traz uma unidade é o ouricuri.

Leach (1996) nos ajuda a pensar essa situação com seu estudo sobre os “Sistemas Políticos da Alta Birmânia”, onde traz a perspectiva de realidades sociais repletas de inconsistências. Devemos lidar com as transformações sociais. Leach via nas inconsistências a chave para o entendimento da mudança social. Assim, em vez de observar a estrutura social como "modelo abstrato", ele tratou da "estrutura social em situações práticas" (isto é, o conjunto de ideias sobre a distribuição de poder entre pessoas

e grupos de pessoas). Para Leach, há um erro de supor que numa situação etnográfica "normal" se encontrava grupos com limites claramente definidos, isto soava para Leach como uma falácia. Leach se contrapôs as convenções etnográficas comuns sobre aquilo que constitui uma cultura ou um grupo, tratando-as como não operacionais, e estabeleceu uma nova forma de abordagem de um coletivo. O trabalho dele foi realizado em uma região onde existia uma palpável falta de coincidência entre as fronteiras dos fenômenos culturais e as fronteiras dos fenômenos estruturais. O uso convencional do conceito de unidade cultural, na ideia de "tribo", obscurecia a importância de tais fatos. Leach tratou de mecanismos de um tipo de processo social que ultrapassava essas distinções culturais, utilizando a história. Na Região das Colinas de Kachin, *locus* do trabalho etnográfico de Leach, encontrava-se um número significativo de grupos culturalmente distintos. Em alguns lugares, esses grupos apresentavam-se segregados em áreas delimitadas, em outros eles se confundiam. Desse modo, um estudo da organização social nesta área não podia, por conseguinte, adotar o procedimento convencional que tratava os grupos de cultura como grupos sociais isolados. Portanto, a inovação de Leach estava em tratar ou descrever sistemas que eram ao mesmo tempo contemporâneos e adjacentes, ou seja, que se achavam numa verdadeira inter-relação. Enfatizar aqui que transitamos e participamos, por exemplo, do ouricuri dos Kariri-Xocó, que há um trânsito e que reconhecemos mesmo diante de diferenças culturais, uma estrutura semelhante de resolução de conflitos. O que quero enfatizar é que a transformação social que vivenciamos e que nos confina em uma unidade social foi imposta pela colonização. Talvez, se vivêssemos uma realidade social que não nos colocasse presos em território definidos e fixos em identidades, mas fluidos no trânsito e reconhecendo e vivenciando estruturas sociais compartilhadas como as de resoluções de conflito, que permitem a formação e separação de novos agrupamentos,

mas hoje, isso é impossível de ser vivido. Acredito como Leach que o conflito e instabilidade fazem parte de estruturas sociais, mas discordo do autor quando afirma que o contato interétnico não merece análises negativas que veem no contato como um fenômeno "ímoral e destruidor da lei, da lógica e da convenção". O contato com os não-indígenas tem nos levado a viver esse fenômeno. Por sua vez, Leach via no momento da interação entre sociedades, um sistema social que torna as relações inteligíveis, mas para nós, não temos nem mesmo a possibilidade de ver um sistema social atuante. O ponto central aí, para Leach, está em perceber as relações de contato como um campo privilegiado para a antropologia, por constituir um momento crucial da reprodução das sociedades. Mas, sentimos a forma destruidora como essa ação de contato com não-indígenas, com agentes do Estado vinculados a compromissos com o sistema capitalista.

A resolução dos conflitos que emergia entre o povo sempre acontecia no ouricuri, local onde as diferenças políticas deixavam de existir. Esse local sagrado fazia com que as divergências não tomassem grandes proporções devido ao respeito coletivo ao sagrado. Uma estratégia que criamos para lidar e viver em tempos de colonização. Assim, a escolha das lideranças tradicionais como cacique e pajé nunca foram contestadas nesse local porque a transmissão do cargo se dá por regras ancestrais e sempre foram respeitadas. No entanto, vivenciamos um grande problema quando a nomeação de uma dessas lideranças tradicionais foi questionada, por um dos lados acreditar que regras foram quebradas durante a cerimônia. E entenderam a necessidade de resistir a tal decisão, chegando ao ponto de criarem outro ouricuri, na tentativa de evitar lutas físicas e de território entre o povo, e respeitar as escolhas contrárias às suas.

O ouricuri é um local de transmissão das tradições e sabemos que faz parte das tradições e da estrutura hierárquica dos Fulni-ô. Essa estrutura apresenta uma distribuição

assimétrica de poder que, no seu funcionamento, não impulsiona antagonismo, disputas e divergências internas ao mesmo tempo que permite a construção de terreno da política e da negociação, capazes de possibilitar a resolução de conflitos. Então, o ouricuri, como lugar sagrado, não apresenta ao mesmo tempo a emergência de divergências internas no grupo e oferece também elementos de resolução e redefinição da unidade. Hoje acredito que estamos nos vendo em meio às tensões provocadas pelas clivagens com o estado brasileiro e outros atores que acabam por adentrar e dinamizar os conflitos internos do Povo Fulni-ô.

O escritor Ailton Krenak (2020), em seu livro “A vida não é útil”, explana muito bem a questão do colonialismo nos tempos de hoje e a ilusão de desenvolvimento. Ele chama a atenção para a ideia de que se a economia não estiver funcionando plenamente, a população morre. E ele exclama: “Ninguém come dinheiro”. Será que não é visível a situação atual em que o mundo vive? Em tempos pandêmicos, vimos o vírus, o novo coronavírus, denunciar o artifício do tipo de vida que criamos. Krenak entende que com esse vírus ficou claro que essa gente rica teve a oportunidade de experimentar uma certa igualdade de risco. Embora alguns críticos acreditem que eles têm capacidade de transformar crise em oportunidade, isso também tem limite. Percebemos no território Fulni-ô que essa elite política não-indígena tem se aproveitado das tensões internas que existem entre o povo Fulni-ô e tirado proveito disso. Krenak afirma que o colonialismo está impregnado na cabeça de vereadores, prefeitos, governadores, pessoas que continuam a serviço da invasão. E analisa que temos que parar de “desenvolver” e “nos envolver”. Vejo que essas figuras políticas são agentes que atuam na desestruturação da vida Fulni-ô. E enalteço e agradeço aos parentes indígenas como o escritor Ailton Krenak, a ministra dos povos Indígenas Sonia Guajajara, a presidente da Funai Jônia Wapichana,

a deputada Celia Xacriabá e vários indígenas por terem se destacado na luta contra os colonizadores pela defesa dos direitos dos povos indígenas de viver sem violência em seus territórios e organizados atuando em diversas áreas.

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) divulgou um Manifesto denunciando as violações dos direitos das indígenas mulheres e se posicionou contra a Proposta de Lei N° 191/2020, que regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição Federal de 1988, para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em territórios indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Esse projeto de lei é fonte de conflitos internos, pois coloca os indígenas uns contra os outros. A luta das mulheres indígenas é pelo território, contra violação da vida dos parentes e das parentas, principalmente, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental. Tudo isso tem refletido de forma perigosa no nível local. Os arranjos políticos locais têm se aliado à ganância econômica e têm criado tensões entre as lideranças tradicionais. Seguindo a vibração das mulheres indígenas, desenho esta pesquisa e assim como elas, faço um pedido de proteção da vida das mulheres e da mãe terra. A ANMIGA afirma:

“Somos árvores fortes enraizadas nesta terra. Somos muitas, somos múltiplas, somos mulheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade.

Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas que se movimentam do chão da aldeia para o chão do mundo”.

Para as eleições de 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB convocou todos os Povos Indígenas, organizações e lideranças indígenas do Brasil para que cada estado tivesse candidaturas dispostas a concorrer e ocupar cargos nos parlamentos estaduais e no Congresso Nacional. O objetivo era formar a “bancada do cocar”, a primeira bancada indígena brasileira. Para a organização, a presença de indígenas na política se faz necessária e fará muita diferença para os Povos Indígenas e suas lutas em defesa de seu corpo e território. No âmbito da APIB, foram lançadas 30 candidaturas indígenas. Diante desse cenário, há um destaque para as candidaturas de indígenas mulheres. De 12 candidatos a deputados federais, 7 são mulheres; e de 18 postulantes a deputados estaduais, 8 são mulheres, sendo que uma das duas candidaturas coletivas lançadas também tem uma participante feminina.

De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral de 2023, 186 candidatos se autodeclararam indígenas, sendo 101 homens e 85 mulheres, o que representa respectivamente 54,30 % e 45,70%, maior paridade registrada entre as demais raças. Acompanhar a participação de indígenas mulheres nas eleições de 2022 pode revelar os próximos passos a serem adotados para tornar o Brasil um país mais democrático, paritário, plural e justo com todos os povos.

Com representantes indígenas no governo, acredita-se que as questões indígenas terão mais visibilidade e poderão ser resolvidas de maneira mais justa e efetiva para os povos. É importante ressaltar que, se não é possível vivermos distante da influência da cultura não-indígena, que possamos aproveitá-la de maneira positiva para nossa sobrevivência. Não é possível acabar com as interações e com a colonização, ela está aí

em nosso cotidiano de diversas formas, mas é necessário nos defendermos, nos protegermos e resistir contra ela. Essa perspectiva macro da política poderá reverberar e atuar no nível micro, é isso que esperamos, pois o conflito que vivemos está fragmentando a base estrutural, a espiritualidade Fulni-ô e tem transformado de forma brusca o modo de vida de nós, indígenas, caracterizado por um contexto comunitário, mas direcionando para a desestruturação social extrema e desagregadora. Esse conflito se dinamiza a partir de processos de colonização e da influência forte das práticas culturais e modos de viver dos não-indígenas com uma perspectiva individualista.

E aqui enfatizo outro conceito importante que ilumina nosso caminho, que é o de **cultura**, o qual é utilizado com um sentido próprio dos Fulni-ô, uma categoria êmica, onde a partir da tradução para o português e uso do conceito antropológico, mesclamos nossas percepções. Para Roque Laraia (2001), cultura é um processo complexo, que nasce da interação entre os homens, sendo possível por meio do domínio dos símbolos e dos meios de comunicação entre os indivíduos. Não é meramente algo determinado por fatores biológicos do ser humano, transmitidos pelos genes, nem um processo decorrente da localização geográfica das pessoas. Não me refiro a esse conceito. Mas, afirmo que esse conceito passou por transformações semânticas entre nós, povos indígenas. Manuela Carneiro da Cunha afirma algo que será útil para explicar esse conceito de cultura:

“Usar palavras de empréstimo é o mesmo que declarar sua intraduzibilidade, um passo que não é ditado por limitações linguísticas e sim por uma opção linguística. Essa afirmação, que à primeira vista pode parecer tautológica, tem um significado importante: as palavras emprestadas contêm informação meta-semântica. Sinalizam o fato de que, embora haja outros meios possíveis para a comunicação semântica, houve a escolha de mantê-las explicitamente ligadas a um determinado contexto. As palavras de empréstimo devem ser entendidas,

por convenção, segundo uma certa chave. Em outras palavras, indicam o registro de sua própria interpretação.” (2017: 61)

Aproximo também da autora Catherine Walsh (2019) quando trata do conceito de **interculturalidade** e explica que a significação da interculturalidade como uma perspectiva e prática "outra", que encontra sustentação e razão de existência na colonialidade do poder. Não se pretende reificar o conceito de interculturalidade ou de "pensamento indígena" com ela relacionado. Ao contrário, a autora chama atenção para a relação entre a interculturalidade e a colonialidade do poder com a diferença colonial. Falar de cultura é falar desse contexto onde a colonialidade está. Usar o conceito de cultura somente faz sentido nessa perspectiva da interculturalidade, quando acionamos “nossa cultura” estamos falando de algo que está ameaçado, sempre em relação a uma dominação que visa nos exterminar.

No caso dos Fulni-ô, as práticas de mediações de conflito, e conciliações precisam ser acionadas para dar direcionamentos que podem levar até mesmo a uma separação do grupo, mas nem isso estamos conseguindo. Os motivos são muitos, nos confinaram em um território, não há para onde um grupo possa ir e, ao mesmo, retomar o coletivo está sendo inviável. Estamos em uma situação sem saída. Essas ações de mediações e conciliações se mostram necessárias tendo em vista que os conflitos têm levado a uma desestruturação na dimensão religiosa da vida social Fulni-ô, que era o local central para resolver conflitos. Nesse sentido, sigo o argumento de Radcliffe-Brown (1973). Ele afirma que para compreendermos uma religião, devemos estar atentos aos rituais (Radcliffe-Brown, 1973). Assim, analisando o ritual do ouricuri, sua duplicação e a forma como está se estruturando, observamos o conflito ser internalizado e a religião externalizar ou explicar o sistema político.

Outro conceito importante é de **política** e aqui me aproprio das discussões de Pierre Clastres (2003), mais especificamente à sua sugestão de que o Estado é o Um, força centrípeta atuando contra a diferença, visando sempre neutralizá-la a fim de torná-la espelho de si. E nós somos essa diferença, formas múltiplas de viver e ser. O Estado busca homogeneizar a diferença, mas está claro que a diferença existe e resiste à potência do Um, desvelando que o devir-Estado não é universal e inescapável, mas, sim, um construto temporal e geograficamente localizado, particular a determinados mundos. Bruno Latour (2013) chamou de constituição moderna a invenção pelo Ocidente da completa distinção ontológica entre natureza e humanidade, entre não-humanos e humanos, a qual tem papel verdadeiramente constitucional na composição da modernidade. Essas dualidades constituem o campo da ciência (ocidental) e o da política. A formação da política moderna enquanto tal exigiu ainda uma segunda divisão, subsequente à primeira: a distribuição hierárquica de humanidade e de natureza entre os seres humanos, de acordo com a qual aqueles que eram considerados mais próximos do escopo do natural passavam a ser tidos como humanos inferiores, menos humanos. E é nessa categoria que estamos como cidadãos de segunda classe. Para Clastres, os povos indígenas não podem ser analisados como vivendo uma suposta ausência de poder, mas como dotados de formas não-coercitivas de ação política. O modo de ser político dinamizado por nós está ancorado em uma recusa da centralização do poder coercitivo exercido por uma figura ou órgão separado do grupo social, o que, por sua vez, poderia conduzir a uma divisão social entre dominantes e dominados. Assim para Clastres, nós, povos indígenas, não atuamos na dualidade de sociedades com e sem Estado, mas sim somos sociedades contra o Estado, não atualizamos relações de comando-obediência. Assim, cosmologia indígena política contra o Estado, proposta por Clastres, está baseada em dois princípios: de um lado, na

chefia indígena, esvaziada de poder coercitivo e considerada um aparelho interno contra a concentração do poder; de outro, no dispositivo da guerra, máquina de dispersão centrífuga que recusa o mecanismo de unificação e a concentração do poder, possibilitando que os povos indígenas consigam se manter com a possibilidade de se desfazerem, permitindo sua unidade e possibilidade de fracionar. Os povos indígenas seriam, assim, “sociedades contra o Estado”. O poder para Clastres não é visto como representação em alguém, em alguma instituição, mas como exercício que cria e sustenta o espaço coletivo, construindo-se por meio de figuras como o chefe, o guerreiro e o profeta. A noção de guerra de Clastres, então, não reduz os povos indígenas a grupos fechados, fazendo aparecer as alianças políticas que interligam grupos locais e formam redes de relações. Essa possibilidade de dispersar e se reunir, a partir dos conflitos e desentendimentos nos foi retirado.

O problema do conflito interno entre membros de uma mesma comunidade está no enfraquecimento da vida indígena e na violência que ganha espaço cada vez maior, como os casos de violência contra mulheres e crianças. Situação preocupante e devastadora para nós indígenas. As redes de proteção local e de solução de conflitos – como os conselhos dos anciãos, os grandes encontros comunitários onde se busca o consenso coletivo ou ainda ações nas redes familiares que coíbem atos violentos – estão enfraquecidas. Minha pergunta é por que chegamos a tal ponto?

Na comunidade do povo Fulni-ô, atualmente se vive de modo diferente do modo como se vivia na década de 1980. Antes se revelam diversos modos de viver e de se ter redes de organização social ancoradas no manejo de vida que se dava entre o uso de práticas tradicionais como caça, pesca (em menor proporção se comparada às décadas de 1980 e 1990), rituais, confecção de artesanatos e a vivência no ouricuri. Também fazíamos

uso de tecnologias tradicionais em meio às tecnologias e ao grande fluxo de absorção de conteúdos e informações da cultura não-indígena.

A lógica capitalista, “ao mesmo tempo que dá com uma mão, tira o dobro com a outra” é um dos fatores que mais incitam problemas sociais na comunidade, problemas na garantia da terra indígena e acesso a outros bens , que tem revelado o interesse de alguns em se associar a determinados políticos não-indígenas e acirrado o conflito interno.

No início da colonização, quando os nossos antepassados lutavam contra os invasores em defesa de seus territórios e de sobrevivência. A luta já não era fácil. Atualmente, vejo que tudo piorou ainda mais, pois, agora, a luta não é apenas em defesa do território habitado por povos indígenas, mas sim por todo o planeta e meio ambiente. Mas, a luta não é só com os invasores, agora é contra o próprio “parente” (termo usado por nós indígenas para nos referirmos a outros indígenas) que, às vezes, é corrompido e/ou iludido por coisas materiais e esquece de sua origem e conseqüentemente de sua tradição e do seu povo.

De acordo com Darcy Ribeiro (1985), as atitudes das populações indígenas para com os agentes da sociedade nacional são duas. Uma atitude aguerrida, de defesa energética contra a invasão, de seus territórios e de agressividade contra as frentes pioneiras, explica a preservação de alguns grupos indígenas que, assim, puderam manter sua autonomia, embora sofrendo pesadas perdas, e profundas transformações, em seus modos de vida. Entretanto, em virtude da disparidade das massas em confronto, os índios só podem deter as frentes pioneiras por algum tempo, a custa de um tremendo desgaste da própria população, e até que provoquem, com sua resistência, uma concentração dessas frentes que a torne capazes de avançar sobre eles como uma avalanche irresistível. Uma atitude dócil, e de receptividade, por parte dos índios, facilitando os contatos e criando

condições para uma rápida sucessão de etapas de integração, provoca uma acumulação dos efeitos dissociativos de cada uma delas que as condena a um pronto desaparecimento.

Assim, o objetivo central deste trabalho é compreender a dinâmica do conflito vivido pelos Fulni-ô em tempos recentes, a partir de 2018. Os objetivos secundários desse trabalho são: a) mapear a história do conflito, como surgiu e por que se mantém; b) mapear entre os Fulni-ô como eles tiveram suas vidas afetadas por essa ruptura e como eram as resoluções de conflitos na vida dos Fulni-ô em tempos passados e c) mapear o impacto do conflito na vida da população indígena local.

Caminhos metodológicos

A pesquisa deste trabalho foi baseada no fazer etnográfico, ou seja, buscou compreender o conflito que vivenciamos a partir do olhar, ouvir e escrever (Cardoso de Oliveira, 1998). A partir de uma imersão em que me encontro como uma indígena do meu povo e que busco refletir e analisar a nossa vida social. Fazer pesquisa como indígena me coloca em situações especiais, pois estou buscando refletir sobre uma dimensão da vida que tem me afetado direta e diariamente, (des)organizado nossas relações na comunidade. O conflito não é fácil de ser abordado, mas acredito que precisa ser enfrentado e, principalmente, compreendido.

Para esta pesquisa busquei observar e refletir sobre a minha própria história, em cenas que presenciei e fazer entrevistas, conversar com as pessoas sobre o conflito. Uma dimensão biográfica se faz presente, como afirma Ailton Krenak (2018), somos um “sujeito coletivo”. Nesse sentido, contar a história do meu povo é contar a minha história, essa memória guarda sentimentos de pertencimento, reafirma-me como Fulni-ô. Falar dos

Fulni-ô é também um exercício de auto história. Assim, a experiência de vida de cada sujeito é a constituição de um “sujeito coletivo”.

Para fazer essa etnografia, essa escrita e descrição do meu povo, fiz entrevistas com “parentes” indígenas do povo Fulni-ô, na tentativa de entender o que está acontecendo, e se existe alguma possibilidade de iniciar algo para ajudar em uma suposta mediação e conciliação e quem sabe até resolução do problema.

Convidei pessoas para serem entrevistadas, todas que se sentissem confortável em falar sobre o tema. Aquelas pessoas com participações ativas em projetos, rituais e ações dentro da comunidade e também as que não tivessem forte presença de atuação na Comunidade, mas que, como membro também foi afetada pela situação. Foram também ouvidas, lideranças espirituais e locais, que fazem parte direta e indiretamente do convívio social e/ou cultural da população. Ouvi até crianças, uma vez que elas estão sendo as mais prejudicadas e aparentemente não estão sendo ouvidas, porém optei por não colocar seus depoimentos, uma vez que, por serem menores, seria necessário autorização dos pais, os quais não autorizariam para protegê-las de possíveis retaliações por terem opiniões contrárias.

O Povo Fulni-ô é originário de cinco troncos de diferentes povos: Tapuia, Wal'kya, Fola, Fowklasa e Xocó, cada um com histórias, costumes, rituais, pinturas e cânticos específicos, porém todos falantes da mesma língua, o *yaathe*. Pretendo aqui, ouvir crianças, jovens, anciãos, homens e mulheres, seja do lado A ou B, todos que quiserem participar.

Observei também a vida cotidiana e ritual para mapear como as pessoas têm lidado com o conflito e como tem afetado a vida dos Fulni-ô.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de diagnosticar como se deu esse conflito e como ele pode ser sanado por meios tradicionais, buscando estar atenta para os efeitos da colonização. Contar essa história a partir de uma pesquisadora Fulni-ô significa fazer pesquisa com sentimentos e sensações da situação extrema que vivemos. Este trabalho visa contribuir para que as populações indígenas enxerguem os pontos mais inflamados dos conflitos e resolvam tais questões, que tanto prejudicam a dinâmica e o convívio sociocultural.

Foram muitas conversas com pessoas da Comunidade, e muitas dessas conversas nem era iniciada especificamente para a Pesquisa, mas sim porque a temática sempre vinha à tona, a medida em que fatos novos e/ou repetições corriqueiras de falhas surgiam no nosso dia-a-dia. Também utilizei como meio de comunicação, as redes sociais para convidar quem quisesse participar dessa pesquisa, ou se sentisse confortável em expor sua opinião, pudesse ter espaço, fosse do lado A ou Lado B. Todos tiveram a mesma oportunidade.

Para facilitar a exposição de pensamentos e argumentos dos participantes, elaborei algumas perguntas, com base em questionamentos que mais eram debatidos entre nós. Alguns preferiram seguir o raciocínio pelas perguntas, outros tiveram melhor desempenho falando livremente.

CAPÍTULO II. QUEM SÃO OS FULNI-Ô?

Figura 1: Toré Fulni-ô no centro da aldeia em 2018.



Fonte: autora

Neste capítulo pretendo apresentar o meu povo, Fulni-ô, sua origem e temas centrais que vivenciam e que desencadeiam sentimentos de pertencimento possibilitando construir uma identidade étnica em interação com o Estado, com outros povos indígenas e outros coletivos com os quais interagem nas franjas do território. Essa construção do processo identitário para os Fulni-ô toma fôlego com a retomada da língua *yaathe* que produz valores que orientam comportamentos, que enfatiza o compartilhamento de uma memória em comum, diferenciando-o de outros. A perspectiva do parentesco vinculada à centralidade da transmissão patrilinear também constrói o sentimento de pertencimento a

um tronco ancestral, qualifica essa dimensão identitária e adensa as regras de identificação e pertencimento social.

De acordo com Barth (1998), a etnicidade é construída com a configuração das fronteiras étnicas que funcionam por meio da organização dos grupos étnicos, feita pelas próprias pessoas. Essas fronteiras são dinâmicas ou porosas, mas, mesmo assim, é possível delimitar um grupo étnico. Os Fulni-ô mantêm diversas interações entre coletivos que faz com que eles criem essas fronteiras, para tanto, algum tipo de relações sociais estáveis é mantido nas fronteiras baseadas em estatutos étnicos. Como afirma Barth: “as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito, ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.” (Barth, 1998: 188)

O autor (op. cit) aborda grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelas próprias pessoas, organizando assim a interação entre as pessoas e passa a enfatizar não dinâmicas internas aos grupos, mas sim as fronteiras étnicas e manutenção delas.

A dinamização das fronteiras permite compreender as dinâmicas do grupo que produz a identidade étnica. Assim, nas interações, percebe-se que a identidade não é estática, se transforma a partir das relações e dependendo do interesse ou contexto. A interação entre os sujeitos e coletivos permite transformações contínuas que modela a identidade, indicando quem está inserido no grupo e quem não está. O que significativo para cada grupo é enfatizado nas interações e aqui veremos como os Fulni-ô criam um fio de memória que dinamiza as relações sociais entre coletivos, dizendo quem são e quem não são. Esses valores e fio da memória são significativos para o grupo, definem a identidade e comportamentos, evitando práticas e situações que criem um desacordo com

o que é compartilhado como o pertencimento identitário. Ao mesmo tempo, os conflitos internos tomaram proporções preocupantes por causa dessas interações com o exterior, com diversos agentes externos. Ao longo desse trabalho, iremos ver essa dinâmica e como os conflitos buscam uma ruptura na identidade, em valores centrais que reúne o povo Fulni-ô.

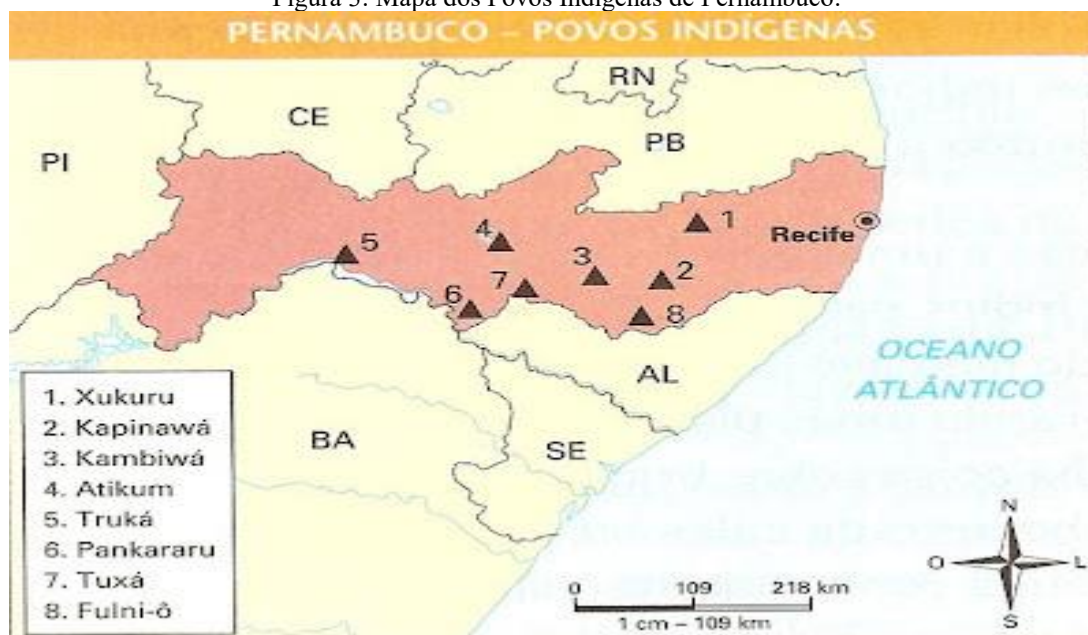
Como mencionei anteriormente, o povo indígena Fulni-ô ou Fuliido é originário da união de cinco povos indígenas que viviam no nordeste brasileiro, esses viviam entre a serra dos Cavalos, serra do Comunaty e nas margens do rio Ipanema e do rio São Francisco. Na luta pela sobrevivência e na tentativa de realizar seus ritos religiosos, esses indígenas fugiam dos coronéis, dos fazendeiros e de todos aqueles que queriam tirá-los das terras para dominar todo o território. A terra indígena Fulni-ô fica localizada no Município de Águas Belas em Pernambuco.

Figura 2: Mapa do Brasil, localização de Águas Belas – PE.



Fonte: Wikimedia Commons

Figura 3: Mapa dos Povos Indígenas de Pernambuco.



<https://educarecantando.blogspot.com/2009/04/indios-de-pernambuco-que-sao-e-onde.html>

Atualmente, todos os descendentes desses cinco povos, se autodenominam Fulni-ô, e desde então, vivem como um só povo, os mais velhos da aldeia contam para nós que é por isso que conseguimos preservar nossos costumes tradicionais, rituais e manter nossa espiritualidade, por conta dessa junção. Em 1875, aconteceu a primeira de marcação de terra Fulni-ô, e em 1928 as terras foram loteadas e distribuídas entre as famílias Fulni-ô.

Até ter essa demarcação, foram muitas lutas que os Fulni-ô enfrentavam com as autoridades e os coronéis. Os mais velhos contam que ouviam de seus antepassados que para realizar os rituais sagrados, era preciso fugirem da aldeia grande, na calada da noite para o meio do mato, sempre em local diferente para que não destruíssem o local escolhido por eles, e voltava de madrugada, antes do sol aparecer. Assim, evitavam as perseguições e mantinham as práticas espirituais/ancestrais em segredo. E aos poucos foram conseguindo preservar um local específico, que foi denominado de ouricuri, por se

um local de formato semelhante ao coco do coqueiro ouricuri, redondo, fechado e com um espaço no meio onde se concentra o mais importante do fruto.

E assim, os Fulni-ô viviam e vivem em constante mudança, da aldeia grande para ouricuri. Meu pai me contava que antigamente, quando ainda criança, ele alcançou as casinhas de palhas, na aldeia e no ouricuri, ele contava que quando precisavam se mudar, meu avô desmontava a casa da aldeia e levavam as palhas, amarradas em fechos, nas cabeças dele e dos irmãos junto com meus avós, para refazerem as casinhas lá no ouricuri, eles iam andando a pé, pois não tinham transporte, a distância entre o ouricuri e a aldeia é de aproximadamente cinco quilômetros. E assim faziam todas as famílias da época, e não eram muitas como nos dias atuais.

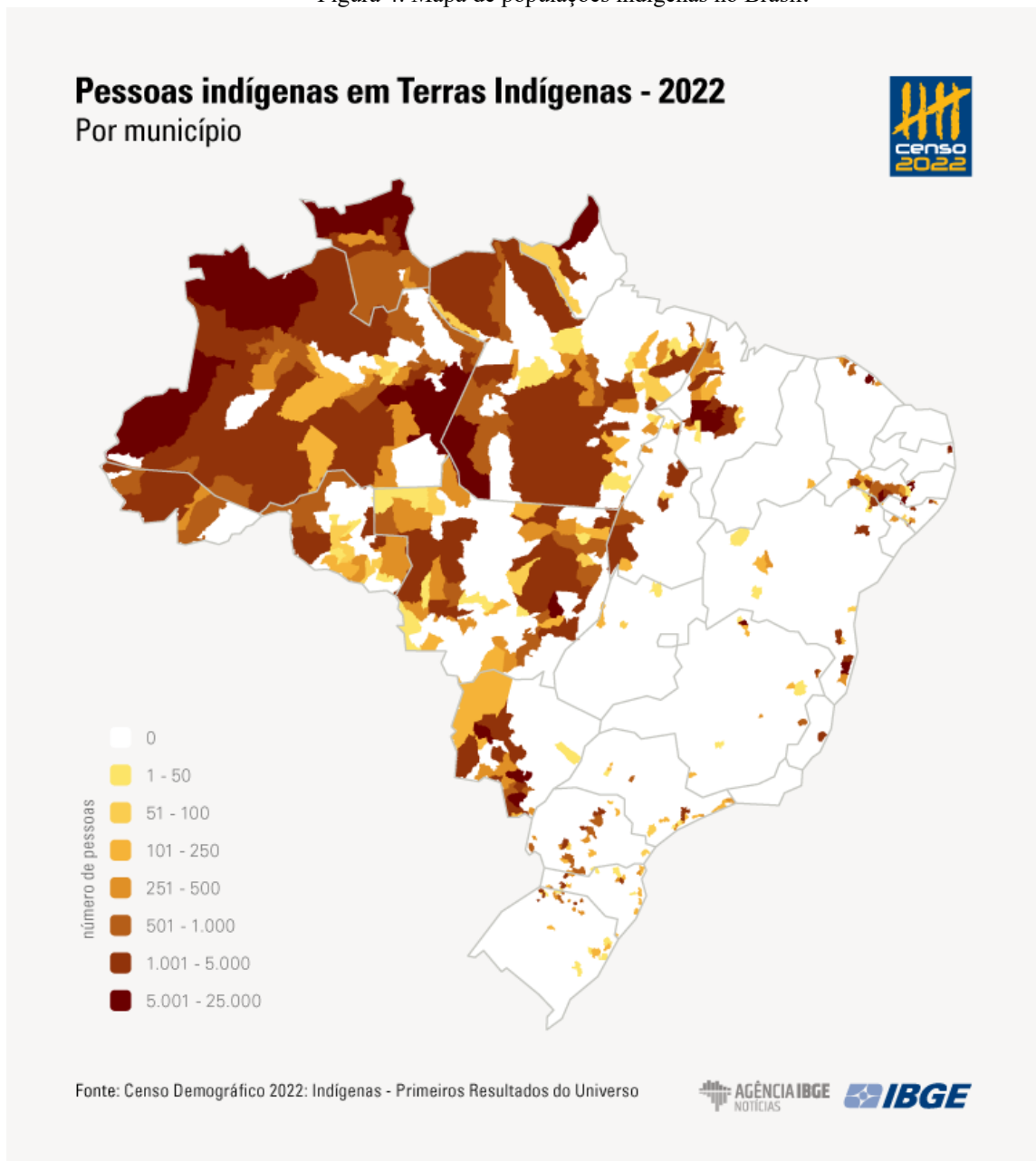
Anualmente, o povo Fulni-ô realiza o ritual religioso e secreto do ouricuri, onde passamos três meses, setembro, outubro e novembro e onde acontecem práticas ancestrais e religiosas que produzem fortalecimento espiritual de todos que participam. Meu pai me conta que, antigamente, não tinha muita gente como hoje. Até a década de 1990, a maioria das famílias indígenas sobreviviam através da confecção e vendas dos artesanatos, da roça, da caça e da pesca. Mas desde a década de 2000, muitas mudanças aconteceram no meio de subsistência do povo, a produção de artesanato diminuiu, a pesca, a caça e as roças quase não existem mais, e surgiram novas formas de subsistência, empregos estaduais e municipais, comércio alimentício, empreendedorismo dentre outras formas.

Na Aldeia Fulni-ô, nós temos escolas e saúde básica, nela vivemos a maior parte do tempo, passamos nove meses, e muitas coisas foram mudadas, por exemplo, as casas são de alvenaria, já não são mais de palha, temos luz elétrica, saneamento básico, internet e dispomos de aparelhos eletrônicos.

No ouricuri, as casas continuam menores, mas também não são mais de palhas e não dispomos de luz elétrica e nem de objetos que necessitem de eletricidade. O povo indígena Fulni-ô vive localizado na Terra indígena Fulni-ô, no município de Águas Belas em Pernambuco.

Com uma população de mais de cinco mil indígenas, segundo censo de 2022 (site IBGE), bilíngues, também vivenciamos a cultura não-indígena, votamos, trabalhamos e estudamos em escolas e fazemos faculdades. Posso dizer que, ao sermos inseridos na sociedade não-indígena, tivemos que nos adequar para sobrevivermos e ainda assim, manter nossas tradições.

Figura 4: Mapa de populações indígenas no Brasil.



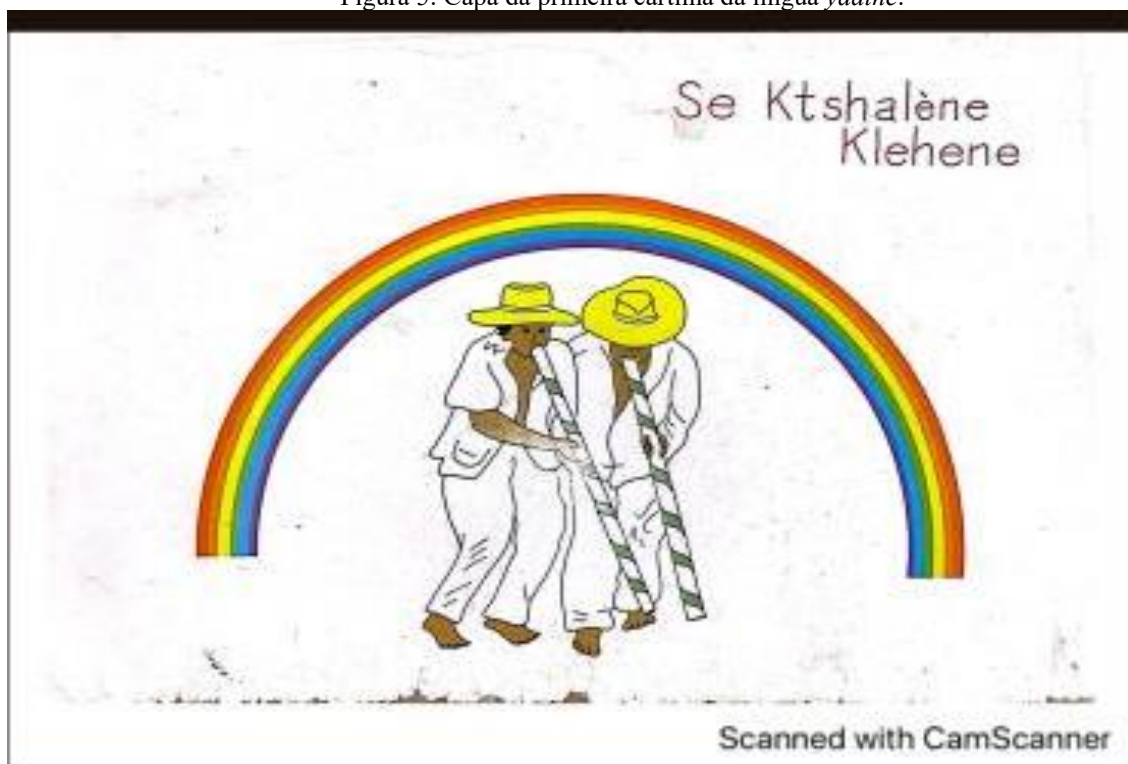
Fonte: site IBGE

A nossa língua, nossa memória coletiva viva

Yaathe é a língua materna do povo Fulni-ô e pertence ao tronco Macro-Jê, assim classificada por linguistas brasileiros. Os nossos anciões sempre nos ensinaram o quão importante para o Fulni-ô é a língua *yaathe*, sem ela, não resistiríamos e não existiríamos, pois seria inviável realizar o ouricuri. Ela também nos dá a possibilidade de conversar não só com pessoas, mas também com os demais elementos da natureza.

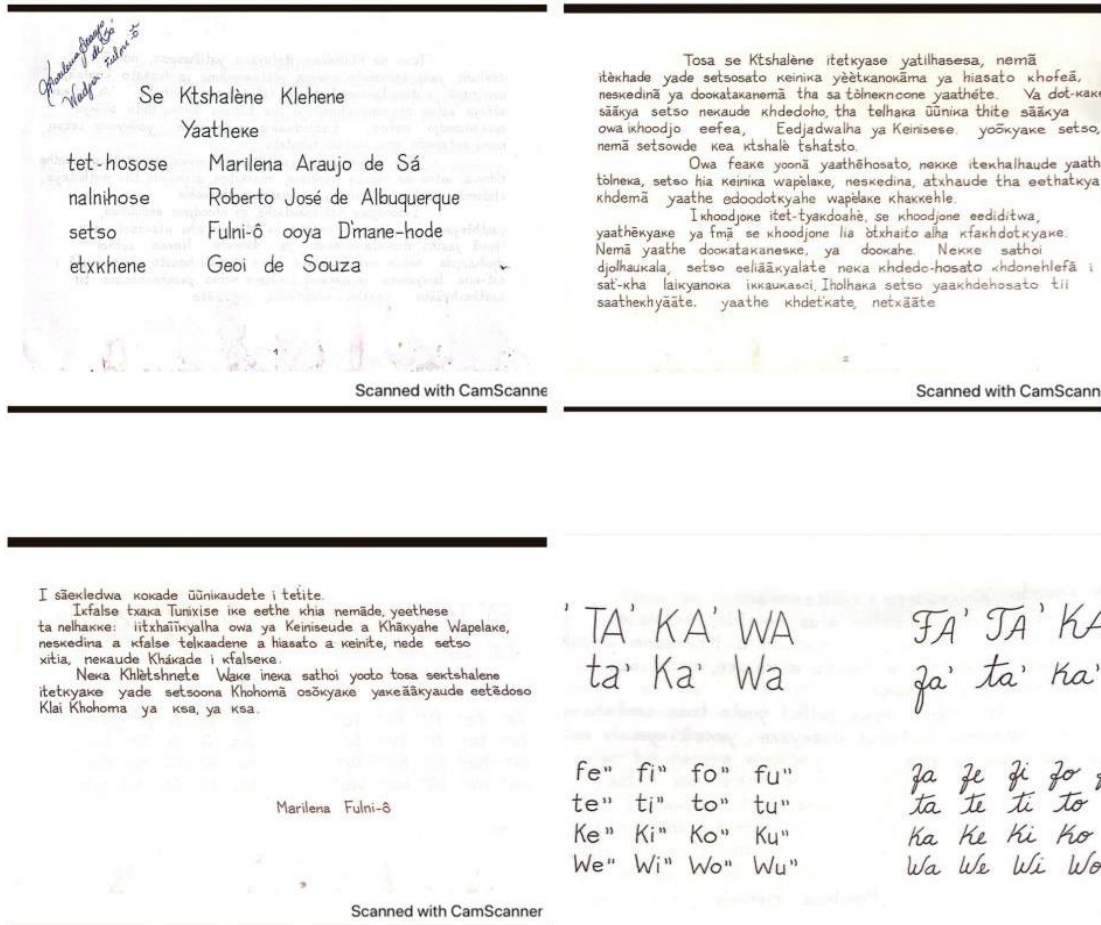
A língua *yaathe* teve seu primeiro estudo linguístico feito por uma indígena no final da década de 1980, foi pela professora Fulni-ô, Marilena Araújo de Sá, fundadora da primeira escola Bilingue na Aldeia como citei anteriormente. E em meados da década de 90, a professora organizou a primeira cartilha para o ensino do *yaathe* nas escolas indígenas Fulni-ô.

Figura 5: Capa da primeira cartilha da língua *yaathe*.



Fonte: arquivo pessoal da professora Marilena

Figura 6: Páginas da primeira cartilha da língua *yaathe*.



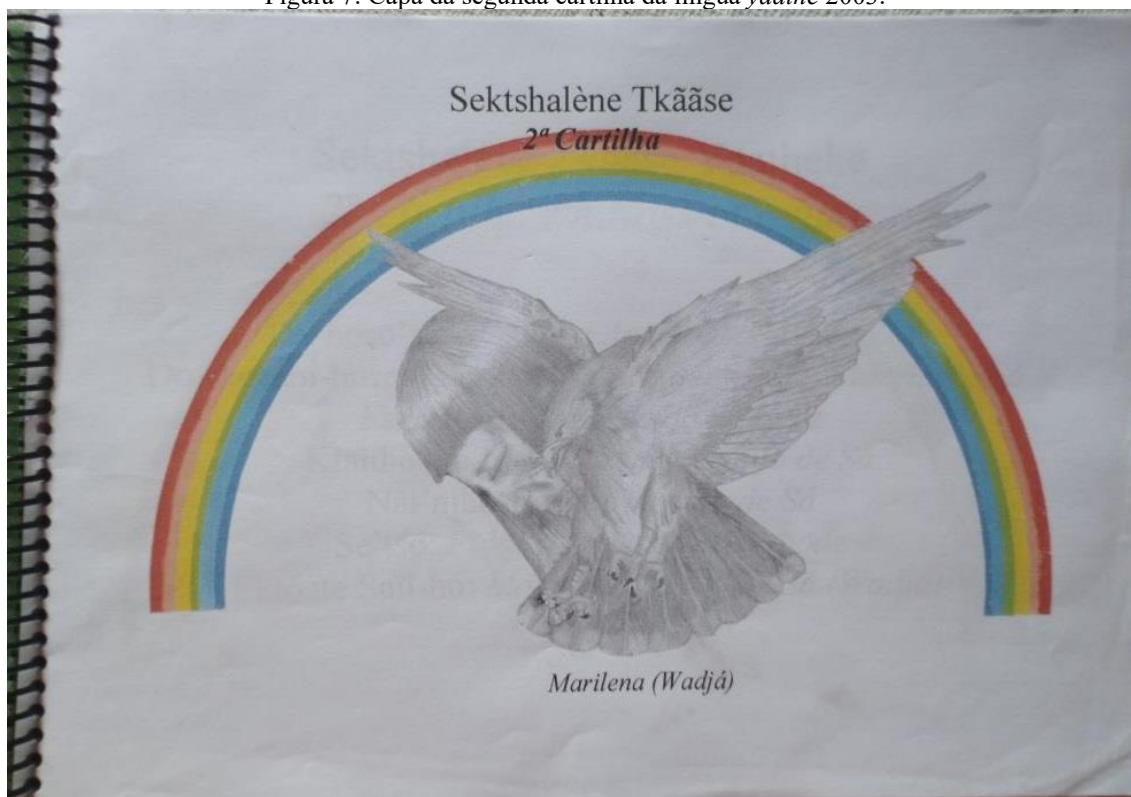
Fonte: arquivo pessoal da professora Marilena

Segundo a professora Marilena, foi aos 14 anos que ela percebeu a dificuldade dos adolescentes de sua época para falar e se comunicar em *yaathe* e por ser uma das indígenas que estudava na escola dos não-indígenas, ela sentia falta de pessoas para se comunicar na língua na escola, e particularmente ela sentia a necessidade de falar na sua língua materna, mas até a forma de lá falar o português na escola causava uma discriminação muito forte, onde ninguém aceitava ela falar em português com a tonalidade diferente. Mas mesmo sendo discriminada ela não se sentia inferior, pelo contrário ela sentia espiritualmente superior e que sua língua era uma força de sua ancestralidade que lhe impulsionava a fazer alguma coisa para essa língua *yaathe* não morresse. “*Eu sabia que*

se nos perdêssemos nossa língua, nós poderíamos enfraquecer e se acabar”, (SESC 2021) afirmou ela.

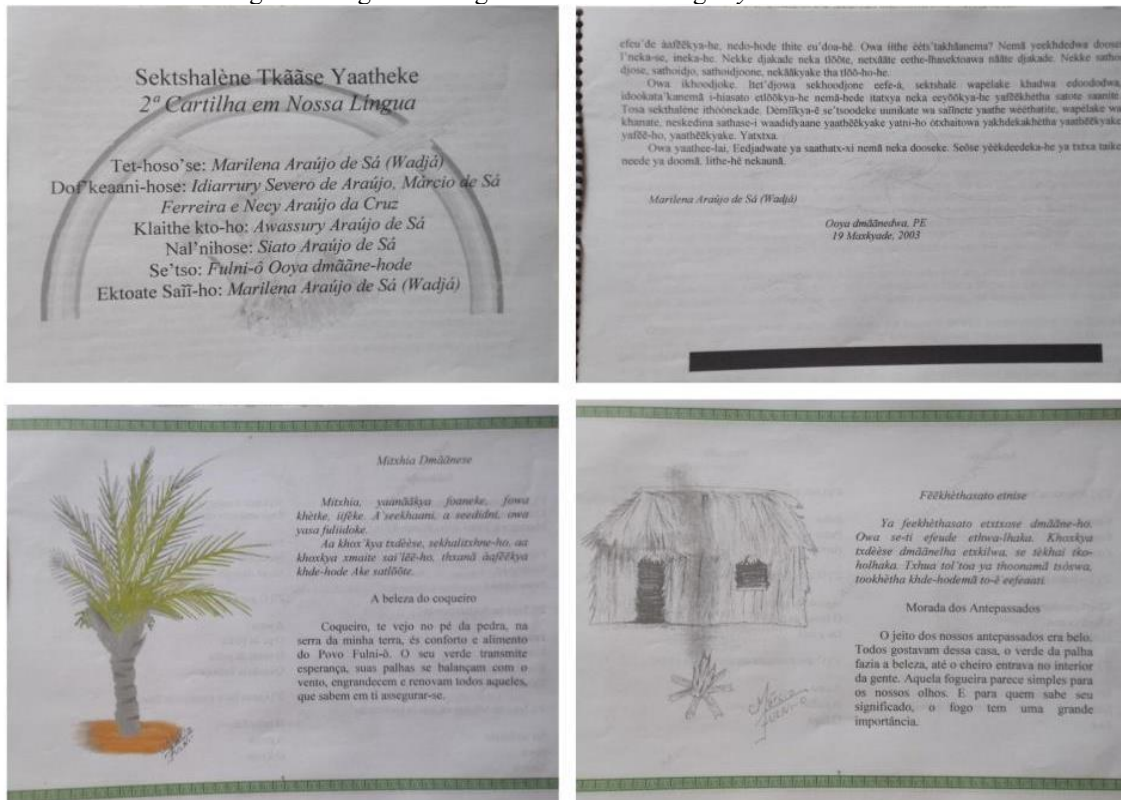
Ainda segundo a professora, aqueles indígenas que não falam o *yaathe* são mais fracos do que os outros. Ela acreditava que, se os indígenas estivessem com sua base forte, que é a língua, a história, a cultura e a tradição, poderiam aprender qualquer outro costume que não perderiam o próprio. Foi assim que ela procurou uma forma de preservar sua língua materna. “A língua é o elo que une todas as forças com a natureza, todo contato com Deus. Se a língua não existir, seremos um povo fraco sem identidade, sem poder e sem força”, finalizou. Além da cartilha “*Se ktsalene Klehene*”, a professora criou mais duas cartilhas, em 2003, *Sektshalene Tkããse* e em 2004 uma específica para professores, *Sekeini-ho Ktshalene*.

Figura 7: Capa da segunda cartilha da língua *yaathe* 2003.



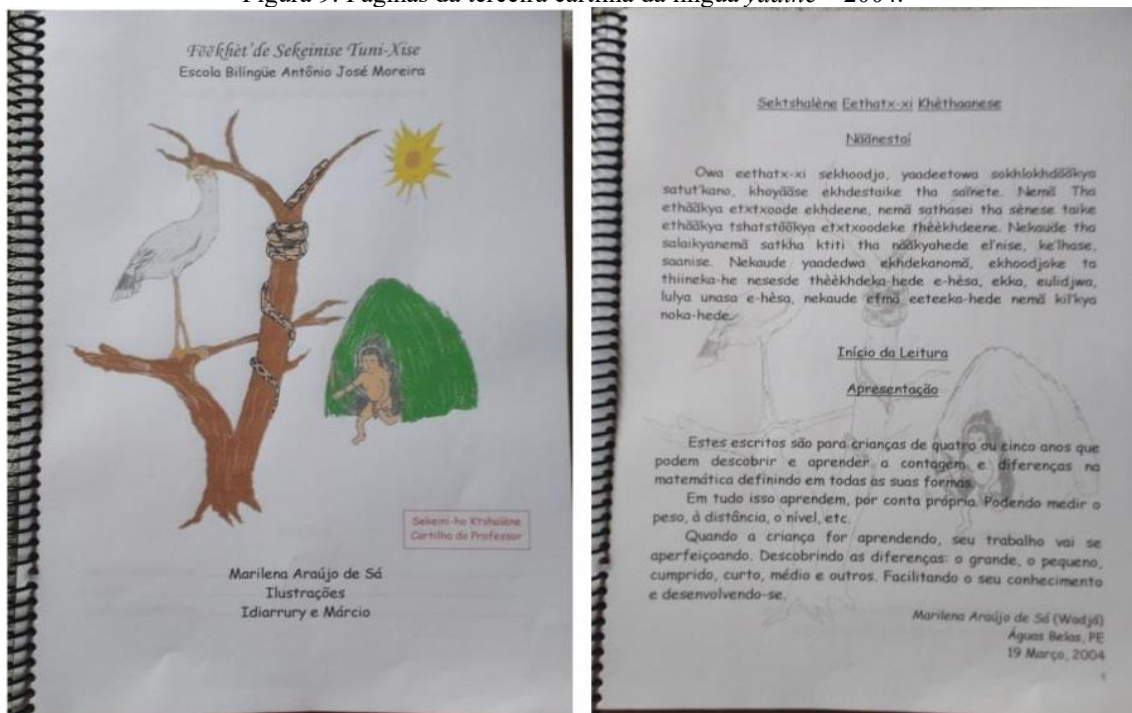
Fonte: arquivo pessoal da professora Marilena

Figura 8: Páginas da segunda cartilha da língua *yaathe* – 2003.



Fonte: arquivo pessoal da professora Marilena

Figura 9: Páginas da terceira cartilha da língua *yaathe* – 2004.



Fonte: arquivo pessoal da professora Marilena

Sobre a organização social e cerimônia do ouricuri: respeito e hierarquia, valores que fortalecem o grupo étnico

Os cinco povos que originam o Fulni-ô - Tapuia, Wal`kya, Fola, Xocó e Fowklasa - são organizados por uma hierarquia que empodera e, ao mesmo tempo, submete-os uns aos outros. Portanto, todos devem obediência e respeito a uns e a outros obedecem e respeitam. Assim, todos terão a quem obedecer e respeitar e serão obedecidos e respeitados também.

A cerimônia do ouricuri, em yaathe “*kexat`kha-lha*”, é o principal ritual Fulni-ô, secreto, sagrado e ancestral. E aqui essa cerimônia pode ser lida como parte da vida social que se movimenta entre vida cotidiana ordinária e os momentos extraordinários. Esses últimos, enfatizam o coletivo, seus valores e pertencimento social.

Os rituais seriam momentos que, segundo Durkheim (1989), a sociedade se vê e adora, reforçando seus laços sociais. A força moral do coletivo está nessa cerimônia e é a própria coletividade. Crenças (representações) sobre o ouricuri e o próprio rito (ações) são formas de conhecer o mundo e criar a identidade dos Fulni-ô. Ele acontece anualmente durante a primavera, e o evento só é possível ser realizado por meio da língua yaathe Fulni-ô e tem o objetivo de fortalecimento espiritual do povo. Durante esse período, homens e mulheres dormem em locais separados, há um local específico onde não é permitido a presença de mulheres, e isso é respeitado por todos e todas, e desde a infância as crianças já aprendem a respeitar os limites da tradição.

A educação social e espiritual dos Fulni-ô, mesmo com a influência da cultura e religião não-indígena, ainda é baseada nos princípios tradicionais do Povo. Muitos hábitos vem sendo transformando ao longo do tempo, devido à presença dos não-

indígenas, como a implantação da igreja católica no centro da Aldeia, o batizado e a imposição de nomes não indígenas nas crianças e também a imposição da língua portuguesa e a chegada das tecnologias na comunidade. Vale ressaltar que para o ouricuri acontecer, com a preservação das tradições do Povo, é de suma importância respeitar as regras ancestrais, as linhagens e os troncos. Uma vez que haja a quebra de regras ou a falta de respeito, problemas podem surgir e a população indígena sofrerá as consequências.

Anualmente o povo Fulni-ô se muda da aldeia para o ouricuri (reserva em meio a caatinga), onde passam uma temporada de três meses para realizar as práticas do ritual espiritual, como disse anteriormente, isso acontece durante a primavera. Durante os nove meses na aldeia, em meados do verão iniciam os rituais espirituais de curta duração e em escalas segue até o inverno. Esses rituais antecedem e fazem parte da preparação para a grande cerimonia a ser realizada no ouricuri do corrente ano.

Figura 10: Entrada da Aldeia Indígena Fulni-ô em 2024.



Fonte: autora

Figura 11: Estrada pra o ouricuri velho em 2018.



Fonte: autora

Figura 12: Estrada para o ouricuri novo em 2024.



Fonte: autora

Vale lembrar que o povo Indígena Fulni-ô vive no bioma Caatinga e a cerimônia do ouricuri acontece no meio desse bioma, enfatizando relações com animais e plantas desse bioma. A Caatinga possui diferentes fitofisionomias, cada qual com sua diversidade de espécies (site IBGE), mesmo estando em uma área de clima semiárido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e espécies que só ocorrem nesse bioma. Sua fauna é diversa e singular, composta por aproximadamente 1.307 espécies animais, dentre as quais 327 são exclusivas do bioma. Isso porque os animais ali presentes apresentam adaptações necessárias a sobrevivência, eles precisam se adaptar às condições climáticas.

Os tipos de vegetação do Bioma Caatinga encontram-se bastante alterados, com a substituição de espécies vegetais nativas por pastagens e agricultura. Desmatamento e queimadas são práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária. De acordo com site do IBGE, da área original ocupada por esse Bioma, aproximadamente 36% já foram alterados pelo homem. Ocupa uma área aproximada de 10% do território nacional, se estendendo pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa “mata branca”. A ocorrência de secas periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios, deixando a vegetação sem folhas que volta a brotar e ficar verde nos curtos períodos de chuva.

O clima da Caatinga é o semiárido, apresenta longos períodos de estiagem (seca), altas temperaturas (média anual de 27°), e as chuvas são escassas e mal distribuídas. Apresenta elevada temperatura com média anual em torno de 26°C a 27,5° C, nos meses mais secos a temperatura do solo atinge 60° C. Geralmente ocorre pouca oscilação nas médias de temperatura da região, sendo mais afetadas pela altitude. Os meses de maio a

agosto são os que apresentam menores valores de temperatura, principalmente na porção central do Bioma.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, apenas cerca de 9% do Bioma está coberto por unidades de conservação, sendo pouco mais de 2% por unidades de proteção integral (como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas), que são as mais restritivas à intervenção humana. O movimento de mulheres indígenas no Brasil, por meio da realização da Marcha das Mulheres Indígenas, tem enfatizado a relação dessas mulheres com o território, que é um bioma e todos os seres que o habitam, assim, elementos centrais nesse movimento político são as propostas de enfatizar o “corpo-território” e “mulheres-biomas”.

As mulheres Fulni-ô são mulheres Caatinga e vivemos em interação com esse ambiente, respeitando seu movimento. O ouricuri acontece nesse cenário e se integra a ele. Como um ritual, Haviland et. al. (2011) afirma que o ritual serve para aliviar as tensões sociais e reforçar os laços coletivos. Serve também para aliviar a ruptura social e o sofrimento individual, mas no caso do conflito que se instaurou, houve uma ruptura nesse processo.

Para tentar explicar melhor a nossa organização social Fulni-ô sem aprofundar muito em detalhes que só dizem respeito a nos indígenas, denominarei com letras maiúsculas os grupos originados dos cinco povos anteriormente citados. Grupo A, B, C, D e E, devido à dimensão do segredo que revestiu a história desses povos ou troncos, esta foi a melhor forma que encontrei para falar da nossa estrutura enquanto Comunidade. Esses povos atendem e respeitam uma hierarquia onde, no final, nenhum grupo é superior ou inferior ao outro, o respeito e obediência são comportamentos fundamentais para que

a organização do Povo consiga realizar seus ritos e dar continuidade a sua tradição. Sendo assim:

- O grupo “A” protege e detém a obediência e o respeito dos grupos “C” e “D”, mas deve obediência e respeito aos grupos “B” e “E”, e destes tem a proteção;
- O grupo “B” protege e detém a obediência e o respeito dos grupos “A” e “C”, mas deve obediência e respeito aos grupos “D” e “E”, e destes tem a proteção;
- O grupo “C” protege e detém a obediência e o respeito do grupo “D”, mas deve obediência e respeito aos grupos “A”, “B” e “E”, e destes tem a proteção;
- O grupo “D” protege e detém a obediência e o respeito do grupo “B”, mas deve obediência e respeito aos grupos “A” e “C”, e destes tem a proteção. E grande respeito para com o grupo “E”;
- O grupo “E” protege e detém a obediência e o respeito dos grupos A, B e C, e grande respeito para com o grupo “D”.

Essa estrutura hierárquica dinamiza uma organização política que não segue a hierarquia verticalizada dos não-indígenas, mas sim horizontal e em um círculo de interações entre os grupos, sem essa estrutura hierárquica, não é possível realizar nenhuma prática espiritual Fulni-ô. Todos os rituais têm como base essa estrutura.

Contudo, essa forma advinda dos antepassados é ensinada, transmitida entre as gerações. Os Fulni-ô, por ser um povo patrilinear, as funções espirituais religiosas dos filhos descendem de sua linhagem paterna, sejam meninos ou meninas, isso significa que os filhos de um casamento farão parte do mesmo grupo ao qual o pai pertence.

Casamentos de mulheres Fulni-ô com não indígenas ou outros grupos indígenas fragiliza a interação de seus filhos, eles são Fulni-ô, vivendo na comunidade, mas enfraquecidos nas discussões políticas internas.

Entre os Fulni-ô, o casamento ideal seria de três formas: 1- entre a mulher de um grupo superior com um homem de grupo inferior, assim, seria como se os filhos fossem duas vezes filhos de sua mãe, sanguíneos e espirituais, e lhe deveriam ainda mais obediência e respeito, segundo os anciões, esse filho, fruto desse tipo de casamento, seria um indígena mais preparado para assumir suas funções e seus compromissos espirituais com mais eficiência e teriam acesso a proteção mais imediata; 2- entre indígenas do mesmo grupo, que não teriam mistura de outro grupo, e assim teriam mais propriedade de assumir as funções espirituais sem o risco de exercer funções advindo de outro grupo; 3- entre mulheres de grupo inferior ao do homem, não valendo para todos os grupos, mas sim, apenas dois específicos, cujo os frutos desse casamento, são de extrema importância para a realização de um dos rituais mais importantes e secreto dos Fulni-ô.

O matrimônio nos Fulni-ô, atualmente, acontece entre indígenas do mesmo grupo ou de grupos diferentes, não há impedimentos e demonstra também que pode ser matrilocal, quando vivem com a família da mulher após o casamento, ou patrilocal, quando vivem com a família do marido após o casamento.

O princípio na hierarquia do casamento é mais respeitado pelas pessoas mais velhas. Na geração atual, esse princípio não é mais cobrado e nem respeitado, o que muitas vezes leva a desarmonia do lar, casamentos fracassados e filhos mais “fracos” espiritualmente. Por Fulni-ô ser um povo patrilinear, como falei no início dessa pesquisa, os meninos seguem o pai e os tios paternos e as meninas seguem também o pai e suas tias paternas. Os filhos gerados por indígenas de grupos diferentes farão parte automaticamente do grupo do qual o pai faz parte. Ainda que sejam frutos de casamento de indígenas do mesmo grupo, os filhos serão do mesmo grupo da mãe, mas não herda

dela e nem de sua linhagem, as funções e compromissos espirituais, herdarão funções e compromissos espirituais do pai e dos tios e tias paternos.

Só haverá uma situação, na qual os filhos farão parte do grupo de sua mãe e herdarão funções e compromissos espirituais de sua genitora e de seus tios e tias maternos, será quando seu pai não for indígena, ou for indígena originário de outro Povo. É importante ressaltar que todos os grupos têm papel específico e essencial dentro das práticas ritualistas. Portanto, a ausência de membros de qualquer grupo impossibilita a realização do ouricuri. Não é aceita a substituição ou troca de funções dos grupos.

Quando se fala de Fulni-ô, uma das obras mais lembradas e citada é *Etnologia brasileira: Fulni-ô – os últimos tapuias* de Estêvão Pinto, indiscutivelmente se trata de uma obra que oferece uma análise detalhada da cultura e da vida social dos Fulni-ô, publicado inicialmente em 1956, a obra é amplamente reconhecida por sua contribuição significativa ao estudo das sociedades indígenas brasileiras. Porém não é muito bem vista pelos próprios Fulni-ô, por entenderem e acreditarem que a pesquisa foi além dos limites permitidos por nossa cultura. Acredito que para conseguir tal material, mais uma vez, nossos anciões podem ter sido ludibriados e ou manipulados a contar coisas que fez com que o pesquisador entendesse e expusesse da maneira que, acreditou ele, ser de tal forma. Por outro lado, também podemos pensar que na década de 70, não havia consciência da necessidade de ter tal realidade mantida como segredo absoluto por parte dos indígenas e o cuidado da possibilidade de compreensão distorcida. Posso afirmar que, para o Fulni-ô que leu, aspectos foram incompreendidos. E nós, mesmo discordando do resultado da obra, da abordagem que foi feita, não poderemos corrigir porque teríamos que tentar descrever o indescritível, pois até se tivéssemos permissão para contar, não poderíamos porque sua complexidade não nos permitiria.

Porém, Pinto inicia sua obra com uma introdução ao contexto geográfico e histórico dos Fulni-ô. Ele descreve a localização da comunidade, suas interações com a sociedade envolvente e as condições históricas que moldaram a situação atual do grupo. A obra se insere em um panorama mais amplo de estudos sobre povos indígenas brasileiros, oferecendo uma visão detalhada e específica da etnografia Fulni-ô.

Ao falar da Estrutura Social e Política ele explora a organização social dos Fulni-ô, caracterizada por uma estrutura de clãs e uma liderança tradicional que desempenha um papel crucial na administração e na manutenção das normas culturais. Ele detalha as funções e os papéis dos líderes comunitários e como a organização política interna reflete e sustenta as práticas sociais e culturais do grupo. Pinto também explica a Cultura e Práticas Religiosas Um dos focos centrais da etnologia de Pinto é a rica vida cultural e religiosa dos Fulni-ô. O autor dedica atenção especial ao ritual do toré, uma cerimônia fundamental na vida espiritual da comunidade e descreve os aspectos cerimoniais, os elementos simbólicos envolvidos e a importância do toré na coesão social e na identidade do grupo.

Ele faz uma importante análise detalhada da Língua e Comunicação, examinando sua estrutura gramatical e seu papel na transmissão de conhecimento cultural, posteriormente discutida e questionada por indígenas e professores da língua. É importante ressaltar que a língua é abordada não apenas como um meio de comunicação, mas como um veículo para a preservação das tradições e da identidade cultural Fulni-ô.

O autor fala da Economia e Subsistência e aborda as estratégias econômicas dos Fulni-ô, incluindo suas práticas agrícolas, de caça e coleta. Pinto analisa como essas práticas se integram à vida cotidiana e à organização social, bem como as adaptações

realizadas pelo grupo para enfrentar desafios econômicos e sociais impostos pela sociedade envolvente. Ele também fala de educação e modernidade, discute a interação dos Fulni-ô com o sistema educacional e as influências da modernidade. Ele explora como a educação formal e as mudanças externas impactam a comunidade e como os Fulni-ô equilibram a preservação de suas tradições com as demandas e oportunidades oferecidas pela sociedade mais ampla. A Identidade e Resistência é um tema central no trabalho de Pinto é a resistência cultural dos Fulni-ô frente às pressões da assimilação e à influência da sociedade não indígena. Ele examina como o grupo se reafirma e mantém sua identidade cultural através de práticas tradicionais, auto representação e estratégias de resistência.

Por fim, na conclusão de sua obra, Estêvão Pinto sintetiza as principais observações sobre a resiliência cultural dos Fulni-ô e a maneira como o grupo negocia sua identidade em um contexto de mudanças e influências externas. Ele ressalta a importância da manutenção das tradições culturais e da adaptação estratégica como fatores cruciais para a sobrevivência e a continuidade da identidade Fulni-ô.

Poderia dizer que abordagem e a perspectiva do autor Estêvão Pinto, como muitos antropólogos de sua época, pode ter abordado os Fulni-ô com uma perspectiva que, embora bem-intencionada, pode não capturar plenamente a complexidade e a dinâmica interna Fulni-ô. Pois ele mostra uma visão que tende a ser mais externa e interpretativa do que uma representação interna e autêntica das experiências dos Fulni-ô.

Outro ponto interessante de se observar são os métodos de pesquisa utilizados por Pinto, a profundidade da imersão do autor na comunidade e a adequação de suas técnicas de coleta de dados. Percebe-se que a pesquisa não leva suficientemente em conta

as mudanças e adaptações contemporâneas dos Fulni-ô, focando mais nas tradições do que nas dinâmicas atuais. Apesar de tudo na obra "Etnologia Brasileira: Fulni-ô – Os Últimos Tapuias" podemos destacar a importância de uma leitura crítica e de uma avaliação contínua das abordagens e metodologias utilizadas em estudos etnográficos. Sendo ela um ponto de partida significativo para a compreensão da cultura Fulni-ô, mas também serve como um exemplo de como o campo da antropologia evolui e como novas pesquisas podem oferecer perspectivas complementares ou alternativas.

Outro autor importante para estudos sobre o Povo Fulni-ô é Jorge Hernández Diaz (1983), em seu trabalho sobre nós, indígenas Fulni-ô, destacou diversos aspectos da vida e cultura do no nosso Povo. Ele é conhecido por sua pesquisa sobre a cultura e a organização social dos Fulni-ô. Seu trabalho aborda questões como estrutura social, as práticas culturais, e a forma como Fulni-ô lida com a modernidade e a influência externa muito próxima e intensa dentro de nossas realidades.

Hernández destaca a importância da língua yaathe e dos rituais espirituais na preservação da identidade do povo, bem como a forma como essas práticas tem se adaptado as mudanças sociais e econômicas. Ele também explora a relação dos Fulni-ô com o externo e como fazemos para manter nossas tradições enquanto interagimos com a sociedade não-indígena. Jorge Hernández oferece uma perspectiva sobre como Fulni-ô faz para manter suas tradições diante das influências da sociedade não indígena. De acordo com Hernández, os Fulni-ô empregam várias estratégias para preservar e adaptar suas práticas culturais enquanto interagem com o mundo externo.

Alguns dos principais pontos abordados por Hernández são: **Ritual e Religiosidade:** Os Fulni-ô mantêm uma forte ênfase nos rituais religiosos e cerimônias, que são fundamentais para a preservação das tradições.

O culto ao "toré", um ritual central na vida espiritual do grupo, é um exemplo de como eles preservam suas práticas ancestrais. Mesmo com a pressão da sociedade não indígena, essas cerimônias são realizadas com rigor e frequentemente adaptadas para incorporar novos elementos que reforçam a identidade Fulni-ô; a Educação e Formação Cultural: Hernández destaca o papel da educação cultural dentro da comunidade. Os Fulni-ô têm desenvolvido sistemas de ensino que transmitem suas tradições e conhecimentos para as novas gerações. Isso inclui a formação de jovens nas práticas culturais e na língua Fulni-ô, garantindo que a tradição seja passada adiante e não se perca na interação com a sociedade externa.

A adaptação cultural: Em resposta à modernização e à influência da sociedade não indígena, os Fulni-ô têm demonstrado uma notável capacidade de adaptação. Eles incorporam elementos modernos em suas práticas culturais sem comprometer sua essência. Por exemplo, a maneira como eles celebram festivais pode incluir novos aspectos tecnológicos ou sociais, mas sempre com uma ênfase na preservação dos elementos tradicionais; A organização Social e Política: A estrutura social e política dos Fulni-ô também desempenha um papel crucial na preservação de suas tradições.

Eles mantêm uma liderança tradicional e estruturas comunitárias que ajudam a coordenar e fortalecer a prática de suas tradições culturais. Os líderes também atuam como mediadores entre a comunidade e a sociedade não indígena. Identidade e Representação: Os Fulni-ô têm se engajado ativamente em processos de auto-representação para garantir que sua identidade cultural seja reconhecida e respeitada. Eles utilizam diferentes meios, como eventos culturais e representação política, para afirmar sua presença e sua cultura diante de uma sociedade mais ampla; a Resistência e Assertividade: Hernández observa que os Fulni-ô têm uma abordagem assertiva na defesa

de seus direitos e na preservação de suas tradições. Eles resistem a pressões externas e afirmam sua identidade cultural por meio de estratégias como protestos, advocacia e a promoção de seus próprios eventos culturais.

Essas estratégias destacam a capacidade dos Fulni-ô de equilibrar a preservação de suas tradições com a necessidade de interagir e se adaptar às mudanças impostas pela sociedade não indígena. O trabalho de Jorge Hernández é valioso para entender como o grupo negocia sua identidade cultural em um contexto de crescente influência externa.

Diaz acredita que talvez tenha sido precisamente a forma de seu contato com a sociedade nacional, que desde seu início os enfrentou direta e permanentemente, o que contribuiu na manutenção de sua identidade altamente valorizada. Também, é possível que nele influíram a forma de efetuar suas práticas rituais, já que ao mantê-las em segredo foi menos fácil para os colonizadores, catequistas e “civilizados” interferirem nelas, e o segredo em si pôde também haver influenciado, pois como disse Cohen “muitas vezes a atividade, cujo objetivo inicial era uma representação simbólica destinada a mistificar aqueles que não fazem parte do grupo, e inconscientemente adotada pelos que a praticam como um fim, servindo para convencer seus membros e os elementos externos da validade de suas próprias formas simbólicas e ideologia” (Cohen 1978:137).

Assim como cito, nesta minha pesquisa, a importância do ritual ouricuri para a manutenção da identidade Fulni-ô, Hernández confirma e acrescenta ainda sua potencialidade política, pois durante os meses em que se desenvolve propicia a concentração em um único (na época em que ele realizou a pesquisa) espaço de todos os membros do grupo, inclusive daqueles que se encontram fora da região. Por outra parte, é aqui onde se atualiza a organização social tradicional do grupo (divisão clânica) já que

é onde ano pós ano exercitam os princípios dessa organização, que também converteram em segredo. Também é neste espaço temporal no qual se transmite os conhecimentos dos mais velhos para os mais jovens.

Por isso, a importância e a insistência dos líderes tradicionais na assistência dos filhos de uniões interétnicas desde cedo, pois neste espaço de tempo a comunidade em seu conjunto se dedica expressamente à socialização das crianças em um espaço cultural diferente da sociedade que os inclui. E aqui a língua também tem papel fundamental, pois é através dela que se efetua a socialização. Levando em conta o que nos disse Schaff que “a forma com que pensa um homem depende, sobretudo, da experiência filogenética social que está compreendida nas categorias da linguagem que lhe transmitiu a sociedade através do processo de educação falada” (Schaff 1975:246) compreenderemos a importância política e social que a língua Yaathe tem para os Fulni-ô, pois esta língua, além de ser a materna, é a única que se utiliza durante as catorze semanas que anualmente os Fulni-ô passam no Ouricuri; sendo aí onde estes preferencialmente socializam a seus membros mais jovens lhes ensinando um código simbólico diferente daquele utilizado pela sociedade que está ao seu redor, pois ao aprender a língua *yaathe*, e aprender no *yaathe*, os Fulni-ô desde cedo estão também recebendo uma imagem do mundo, ou seja, o saber que a sociedade Fulni-ô tem sobre o universo.

E como ao aprender a falar os indivíduos também aprendem a pensar, aqueles que a sociedade Fulni-ô reconhece como tais desde pequenos aprendem a pensar em *yaathe*; assim a sociedade Fulni-ô transmite a seus membros toda uma experiência, transmissão esta que de nenhuma maneira é arbitrária “posto que nessas experiências das gerações passadas se encontra entranhada uma soma determinada de saber, objetivo do mundo,

sem a qual o homem não poderia adaptar-se a seu meio, atuar corretamente nele e continuar como raça.

Quando aprendemos a falar e também a pensar, nos apropriamos com relativa facilidade a herança intelectual transmitida” (Schaff, 1975:247). Daí a importância da língua na defesa da identidade, pois permite aprender o mundo de uma maneira diferente daquela que se transmite através da língua nacional.

Os Fulni-ô tem plena consciência da importância da conservação de sua língua na manutenção de sua identidade étnica, como o mostramos ao longo destas páginas, por isso sua luta atual para evitar que as crianças percam a sua língua materna. Mas, não é somente a língua o que os Fulni-ô tentam valorizar hoje em dia, há também uma preocupação em reorganizar sua cultura tradicional e enfatizar esses elementos. Assim constantemente escutamos frases que faziam alusão a que durante os meses de Ouricuri voltavam a viver “como antes, como os antigos”.

Assim o ritual adquire cada vez mais relevância na conservação da identidade étnica, já que, pelo que parece, é aí onde os Fulni-ô recriam, reproduzem, exercitam e concentram aqueles aspectos da sua organização social que deixaram de pertencer ao cotidiano de sua vida social. Por exemplo, a divisão clânica que segundo alguns etnólogos e idosos Fulni-ô, formava parte do cotidiano desta sociedade, hoje em dia somente continua praticando-se no ritual de ouricuri, da mesma maneira que os nomes clânicos, a cerimônia de casamento tradicional, a forma de vida (dormir no solo, prescindir do uso de aparelhos elétricos, caçar, pescar, etc.), são aspectos que antes formavam parte do viver diário do Fulni-ô, e que, ao haver deixado de formar parte do cotidiano, passaram a ser

um aspecto a mais dos elementos que se conservam e praticam durante os meses do ouricuri.

Por outra parte, ao mesmo tempo em que estes aspectos da vida social dos Fulni-ô são praticados e reproduzidos no ritual de ouricuri, se tornam também um elemento a mais que os estranhos não podem conhecer por pertencer ao espaço do ouricuri. Assim se converteram em segredo os nomes clânicos, o conteúdo e a forma do ritual, algumas palavras do *yaathe*, que os Fulni-ô dizem usar somente nas cerimônias rituais, e que possivelmente alguns outros elementos que desconhecemos.

Desta maneira o tempo social onde os Fulni-ô conservam a memória de seu grupo, pois é aí onde organizam cada um dos elementos de sua vida social que, por força do contato, se obrigaram a deixar fora de seu cotidiano. O ritual de Ouricuri é, pois, a memória cultural e história dos Fulni-ô, e, portanto, a essência de sua identidade étnica. Obviamente esta ênfase nos valores tradicionais não é mais que a manifestação de uma ideologia étnica possivelmente próxima ao que Cardoso de Oliveira chamou de etnicismo, ou seja, uma ideologia “absoluta e totalizadora, capaz de fornecer a base de sustentação de movimentos sociais de qualquer tipo, sejam eles separatistas, reformistas, revolucionários ou mesmo messiânicos” (Cardoso de Oliveira 1976:73 - grifos do autor).

Assim, contrariamente ao que se podia pensar, o envolvimento e a dependência econômica e política dos Fulni-ô com respeito à sociedade nacional e a adoção da forma de vida material regional não são indicadores de modificações na identidade étnica. Pelo contrário, parecem haver contribuído na formação de uma ideologia étnica altamente etnocêntrica. Não sendo, isto mostra o fato de que no lugar de haver interiorizado os estereótipos que os civilizados formaram deles, os repelem, passando de uma atitude

defensiva para uma atitude ofensiva, qualificando como nocivos os valores que a sociedade nacional lhes impôs através de múltiplos canais.

Narrativas mitológicas

Os Fulni-ô compartilham determinadas crenças, histórias específicas entre gerações e que dão sentido ao Ouricuri e a vida cotidiana. Os mitos, de acordo com Haviland et. al (2011), são essas narrativas sagradas que explicam os fundamentos da existência humana. Além de explicar o mundo, também os mitos “fornecem as bases racionais das crenças e práticas religiosas e estabelecem os padrões culturais” (op. cit:183). Expressa uma visão de mundo, quando é compartilhado.

O povo Fulni-ô é um povo indígena conhecido por manter seus ritos e alguns hábitos em segredo, no entanto a mitologia se faz necessária neste trabalho para que seja possível entender a dinâmica do Povo Fulni-ô, e porque muitas coisas não podem ser explicadas aos não indígenas. Os mistérios precisam ser preservados e respeitados. Existem mais histórias como estas que vou descrever a seguir, mas não podem ser contadas, escolhi estas para falar de princípios que carregamos conosco, como por exemplo, o respeito a história, a hierarquia e aos ciclos, a obediência a sabedoria ancestral, e a importância da língua *yaathe* em toda e qualquer situação.

Sobre o juazeiro, a árvore sagrada do Ouricuri

Uma das histórias que sabemos, é que existe uma árvore, o juazeiro, que é de muita representatividade na história do Ouricuri Fulni-ô, e que desde os antepassados, o local a ser escolhido para receber os indígenas para que pudessem realizar os rituais, teria que ser sob a presença de um juazeiro. Por isso, é uma árvore muito sagrada para nós, e nela há mistérios e poderes. Na história de Fulni-ô, já houve ouricuri em outras partes do território demarcado e isso acontece a mais ou menos a cada 100 anos, acredita-se que o juazeiro também é um fator decisivo nessa mudança de local, uma vez que o juazeiro, segundo os estudos científicos, é uma árvore que vive mais ou menos 100 anos (site Agro20 e Embrapa). Sabemos também que essa mudança de local nunca foi fácil, que havia resistência, de parte do povo, mas que no final, todos ficam juntos.

Sobre o castigo (consequências de desobediência e quebra de regras)

Nós Fulni-ô, temos segredos, e por isso praticamos os rituais secretamente. E na nossa mitologia, sabemos que existe um perigo eminente para os curiosos e aqueles que falam mais do que deviam. Contam os anciões que uma vez um indígena contou e mostrou para um não indígena, algo muito importante pertencente as nossas tradições e por consequência, tudo na vida de ambos foi sendo destruído, como se uma maldição, um castigo que tivesse caído sobre eles levando-os até a morte. Contam que isso serviu de exemplo para que os demais indígenas tivessem mais cuidado com o que diriam e mostrariam para os não indígenas, uma vez que existe histórias, danças e cânticos tradicionais que podem ser apresentados para os não indígenas, e por isso não tem porque

ultrapassar os limites, que todos nós Fulni-ô conhecemos porque aprendemos desde criança.

Encontro com o sol (reverência e intimidade com os elementos da natureza)

Um dia conversando com uma anciã, ela me contou que, quando criança os pais a levavam junto com seus irmãos para encontrar o sol, que era uma prática corriqueira dos pais daquela época. Eles acordavam os filhos, ainda escuro e seguiam uma estrada que dava em frente o nascer do sol e que caminhavam e corriam na escuridão, quando não tinha lua, até o sol aparecer, quando o sol surgia, eles se banhavam na luz do sol e voltavam para a casa mais dispostos e alegres, segundo ela, os pais acreditavam que aquele hábito revigorava a saúde física e preparava-os para um dia bom e mais produtivo.

A obediência da jiboia (uma comunicação entre o indígena e o animal por meio da língua *yaathe*)

Uma tia me contou que, que na década de 1970, época em que a fome assolava na aldeia, a seca castigava e não tinha como fazer roças, um primo do meu avô, um sábio ancião indígena estava na grota, tirando palhas para fazer vassouras e outros artesanatos, quando se deparou em cima de algo grande e móvel, lentamente ele olhou para baixo e viu que estava em cima de uma enorme jiboia, sabia ele que aquele poderia ser seu último momento de vida, pois pelo tamanho da jiboia, facilmente ela poderia matá-lo se o envolvesse num abraço, ele muito sábio e respeitoso, se comunicou com ela através do

Yaathe, e disse-lhe que o perdoasse por estar em cima dela e que seu povo estava sofrendo com fome, e perguntou se ela poderia fazer algo por eles, ela em resposta se moveu até um toco de uma árvore e apoiou-se para que ele a abatesse, e assim foi feito, ele retornou à aldeia com bastante carne para alimentar muitas famílias.

CAPÍTULO III. A HISTÓRIA DO CONFLITO DO POVO FULNI-Ô (2018 A 2024)

Em agosto de 2018, no aldeamento indígena Fulni-ô, o corpo do cacique João Francisco dos Santos foi velado e enterrado no cemitério do Município de Águas Belas-PE, e de acordo com a tradição Fulni-ô, o povo não podia ficar sem o líder por muito tempo, com isso, ao finalizar o enterro, os líderes espirituais Fulni-ô reuniram o povo para realização da cerimonia de escolha e apresentação de um novo cacique.

Um novo cacique foi apresentado à população indígena, sem poder entrar a fundo nos detalhes, o que posso dizer foi que o ritual teve acontecimentos inesperados. Um momento histórico como aquele a expectativa era enorme, mas infelizmente muitos indígenas não concordaram com o que tinha acontecido, um misto de reações e emoções negativas e de tristeza assolou na aldeia. Para muitos, com base nas regras ancestrais do povo Fulni-ô, uma importante regra, talvez a mais importante naquele momento havia sido desrespeitada e/ou quebrada. Para muitos, o local não era o adequado, a forma como aconteceu a cerimonia não estava correta, e o mais grave, a liderança que conduziu a cerimonia, tinha poderes para o feito, mas não lhe cabia tal função.

Em setembro, deu-se início a cerimonia espiritual do ouricuri, principal ritual do Povo, com uma duração de três meses, a cerimonia é sagrada e secreta, fechado aos Fulni-ô. E foi próximo ao término do ouricuri que, uma outra cerimonia para apresentar um novo cacique, para muitos, o legítimo, foi apresentado ao Povo. Este, precisa trabalhar em parceria com um pajé, e convidou o pajé atual (na época) para trabalhar com ele, o qual se recusou e o cacique por direito - dentro das regras de yakeããkyalha - escolheu um novo pajé para dar continuidade à tradição Fulni-ô.

Os novos líderes, também não tiveram a aceitação unânime, mas tiveram, naquele momento, a aceitação de uma maioria dos indígenas, e neste ano de 2018, o povo Fulni-ô terminou o ouricuri com dois caciques e dois pajés. Instalou-se um grande problema, uma ruptura, o povo estava dividido. E famílias começaram a se diluir, amizades a serem desfeitas, o caos tomando conta de nossas vidas dentro e fora da espiritualidade.

Em 2019, a aldeia parecia um campo de batalha, brigas constantes entre as mulheres e os homens de lados opostos, chegando até mesmo a ter brigas físicas, que denominados de “briga de corpo”, às vezes o motivo inicial nem era o conflito em si, mas ele estava por trás o tempo todo, isso durou meses. Até a Festa da Aldeia, uma festa de origem católica, em comemoração à santa padroeira da aldeia, foi afetada, mas mesmo sem clima para comemorações, ao meu ver, a festa aconteceu.

Enfim, chegou agosto e o ouricuri foi marcado pelo pajé que não aceitou o novo cacique, o povo que considerava os antigos líderes como seus líderes, o acompanhou foi para o ouricuri. E o povo que considerava como sua liderança, os novos líderes, ficaram na aldeia e pela primeira vez, a maioria da população indígena Fulni-ô deixou de participar do ouricuri.

Em 2020, os novos líderes fizeram um novo ouricuri e seu povo os seguiu. A partir desse acontecimento, outro nome para identificar o povo surgiu, os indígenas que eram do Lado A também seriam chamados de povo do ouricuri velho e os indígenas que eram do lado B, também podiam ser chamados de povo do ouricuri novo. Lideranças espirituais também se dividiram, uns para o ouricuri velho e outros para o ouricuri novo.

Figura 13: Bifurcação das estradas para o ouricuri velho e para ouricuri novo em 2024.



Fonte: autora

Em 2021, as divisões sociais também assolavam, saúde e educação indígena. Todas essas ações ficaram divididas. Também o posto administrativo da FUNAI ficou de um lado e a Igreja de outro. Indígenas que frequentavam o ouricuri velho, evitavam ir ao Posto da Funai, cujo o chefe substituto frequentava o ouricuri novo; indígenas que frequentavam o ouricuri novo evitavam ir na Igreja, cuja a administração pertence aos líderes do ouricuri velho.

Em 2022 e 2023 os ânimos se acalmaram, as brigas físicas foram cessadas, mas as intrigas entre familiares, parentes e amigos continuavam. Durante esses seis anos, vários indígenas, se percebem entre os dois ouricuri, na tentativa de se sentirem bem, e entenderem esse fenômeno.

Segundo *yakeããkya*, suas regras são claras, para que Fulni-ô exista na Terra, dois elementos são essenciais, e a falta de um, é de extremo risco para a continuação e preservação das tradições para as gerações futuras. São elas: a língua e o respeito.

A língua, porque sem *yaathe* não tem como realizar os rituais e é ela que permite o diálogo e compreensão das relações espirituais e ancestrais. Por sua vez, o respeito é essencial, porque é através dele que a hierarquia entre os grupos e o respeito às linhagens se faz presente para que cada indivíduo assuma sua posição divina, e não assumir lugares e/ou responsabilidades que não lhes pertencem dentro da organização espiritual Fulni-ô.

É importante ressaltar que, com este trabalho, não estou buscando culpados pelo ocorrido, mas sim, entender o porquê desse acontecimento e o quão nos afeta cultural e espiritualmente. E observar as consequências que podem se agravarem a ponto de afetar as gerações futuras.

Um ponto importante que chamo a atenção é que essa ruptura de 2018 não surgiu em 2018. Ela tem origem bem antes de 18 de agosto. Antigamente, o poder das lideranças não se concentrava em apenas pajé e cacique, existia uma partilha de poderes e responsabilidades entre vários líderes e anciãos e até jovens indígenas. Com a política da Funai e outras instituições que lidam com as questões indígenas, isso mudou.

Tkodõokya (palavra em *yaathe* que significa “parceira”, “camarada”) é uma mulher e liderança indígena, de 39 anos, casada, mãe de dois filhos, leal a seus valores ancestrais. Ela está sempre à procura de preservar sua conduta e ser exemplo de respeito e força espiritual. Ela explica sobre esse conflito:

Essa divisão na aldeia, na minha visão, foi de extrema destruição.

Uma grande desordem na aldeia para com o nosso Povo. Como nós tínhamos uma organização social tradicionalmente

estruturada, ela foi afetada de maneira gravíssima, surgindo problemas sérios, nas nossas vidas social e cultural, para todos, sem definição de idade e gênero. Todos entraram. Todos nós achamos e sentimos, sabendo que, muitos por inocência ou ignorância, nem se deram conta de tamanha destruição. Mas tudo de negativo que passamos, nesses anos, são consequência dessa ruptura entre o Povo Fulni-ô. Não acho que nos separamos só de corpo, acho que nossas almas também foram divididas, nossos sangues foram derramados a cada lágrima de saudade das lembranças que sentimos uns dos outros, sendo ou não familiares, amizade e conhecidos, todos com lembranças que jamais podemos apagar.

Tkodõokya lamenta a ausência do sentimento de plenitude que surgiu com os afastamentos entre pessoas queridas e o desenvolvimento de problemas de saúde por conta do silêncio que muitas vezes teve que ser o companheiro em dias que as palavras não eram suficientes para expressar tamanha dor.

Então nesse desespero desse processo de conflito, em momento algum estamos completos, isso faz com que, em parte, mesmo que estejamos aparentemente bem, não é o suficiente para nos sentirmos completos. Sentimos isso quando achamos que perdemos alguém que nas nossas lembranças estão guardados, isso acarreta num estado emocional que prejudica os nossos estados de saúde. Muitas vezes é inconscientemente essa falta que sentimos, e que algumas pessoas não sabem expressar e outras

tentam esconder. Mas é visível, porque é como quando perdemos pessoas queridas, que nem um adeus podemos dar. Crianças sem nem saber, ter que sentir falta de familiares, que às vezes nem chegou a conhecer; e por outro lado, o familiar adulto não pode estar presente no desenvolvimento daquela criança. Sem falar na “tradição natural” que os pais tinham, nós pais tínhamos e, hoje, parece que nenhum dos lados segue, para ser repassado nos dias atuais para as crianças e os jovens.

Em seu depoimento, é visível sua preocupação, e que também é de muitos pais, a respeito do envolvimento das crianças nessa situação, cujas tiveram momentos importantes arrancados de suas vidas sem se quer entenderem o motivo.

Diante de tudo isso, para mim, o que foi mais prejudicado foi a nossa espiritualidade porque ela é feita e seguida numa organização muito complexa, e hoje tem uma visão que a maior falha foi essa desorganização que aconteceu na nossa espiritualidade. Isso afetou muito minha vida porque não posso apagar as lembranças, e me dá um medo muito grande de perder nossos costumes, nossas tradições, me sinto muito fraca, por não me sentir completa, minha vida até parece ter sido normal, porque estou com a maioria da minha família, mas por outra visão, a minha família se constitui espiritualmente, e foi essa que foi afetada, por isso não sigo, paralisei. Tive perdas muito grande e importantes que atingiu meus sentimentos, e feriu minha alma, fragmentando meu espírito, e adormecendo a minha esperança,

não sei com descrever tudo que me foi abalado, os meus melhores sentimentos, não vou dizer que estão acabados, vou dizer que estão paralisados, porque ainda sinto uma esperança, que essa situação possa ser revertida.

Ela fala dos momentos de encontros e vivência da vida em coletivo que foram afetados, o que cria problemas nas transmissões de conhecimento para as novas gerações, pois aqueles e aquelas envolvidas nos ofícios tradicionais encontram-se divididos. Um dos momentos importantes que Fulni-ô tinha, era no São João, que além de festejar o dia como festa junina, o povo também tinha sua comemoração tradicional com o “samba de coco”, que logo de manhã, reunidos em volta do tirador (denominação dada ao indígena que canta e toca o ganzá) todos batiam firme o chão com os pés e balançavam o corpo de forma rítmica ao som do canto do tirador. E no compasso, os indígenas saíam nas ruas da aldeia entrando nas casas para dançar junto aquelas famílias que estavam de portas abertas para recebê-los.

Lamento ao lembrar que, na comunidade tinha festividades de tradição, como o São João, por exemplo, em que entrávamos nas casas de todos que estivessem com as portas abertas, dançando o nosso “samba de coco” (dança tradicional) e as quadrilhas das festas juninas, sem nenhum empecilho, até mesmo intrigados, não levávamos mágoas para festejar. Era um momento em que não queríamos perder para intrigas, mas principalmente eram as festividades religiosas, que com muita alegria nós usávamos, esses momentos na religião para se juntar e esquecer das mágoas. E voltarmos aos laços familiares e aos laços de amizade.

Jamais esquecerei desses acontecimentos de alegria e boas emoções. Que fazia sempre reaparecer aqueles sentimentos bons que se escondia nos desentendimentos bobos e me entregava novamente a reconciliação de estarmos sempre juntos. Hoje as expectativas que eu tenho são de tamanha tristeza, sinto em dizer que as vezes nem criar elas, eu quero criar, porque me machuca cada momento que lembro do que passamos juntos, uns ao lado dos outros. Pensava que ia ser melhor, mas hoje sinto em dizer que para ninguém da comunidade teve pontos positivos, nessa maldita divisão. Que só vejo com tudo isso uma competição onde ninguém ganha, acho que estamos competindo para ver quem perde mais e que na verdade, quando perde um lado os dois se dão por perdidos.

Unay Fulni-ô, jovem indígena, 27 anos, casado e artesão. Ele apresenta seu relato sobre como pensa a situação que o povo Fulni-ô enfrenta desde 2018:

Vejo essa ruptura como algo incomum para uma comunidade que tem como ensinamento ancestral, a união. Porém quando os mandamentos ancestrais foram violados por intenções particulares, políticas que se faz presente hoje na comunidade, houve essa divisão entre os que concordaram em seguir o lado A, mesmo com as leis violadas. Isso me afetou no início, pois as dificuldades em conviver de forma diferente com amigos e até familiares que se encontravam em posição diferente da minha,

diante dessa situação. Percebo é a educação indígena religiosa que vem através da língua yaathe diretamente dos nossos ancestrais e ensinamento de anciões que tem a lealdade com os ensinamentos dos antepassados Fulni-ô não se faz presente em 100% da comunidade.

Para ele, regras importantes foram quebradas, ensinamentos ancestrais. Continua afirmando que os rituais religiosos servem para a evolução humana e um ser humano evoluído é quem consegue viver em harmonia com seus semelhantes, mesmo que não tenham a mesma opinião, mas que o respeito se faça presente que é o mínimo. O conflito desencadeado mexeu com essa espiritualidade e seus ensinamentos.

Em outro depoimento, de *Ts`tose*, mulher indígena, 40 anos, casada, mãe e dona de casa. Ela, como outras mulheres, sofreu muito com a ruptura do povo Fulni-ô, pois ela tinha de um lado, filho e esposo e do outro os pais e irmãos. A tensão para decidir que caminho seguir não foi fácil, mas ela priorizou a saúde e bem-estar de seu único filho e optou por estar perto dele e continuou frequentando o ouricuri, onde nasceu e se criou. *Ts`tose* conta que não foi fácil decidir ficar longe de seus familiares, cortar laços com amigos e parentes sanguíneos mais próximos. Ela explica:

Essa situação nas nossas vidas foi horrível, quase eu entro em depressão, por conta do que diziam na época sobre eu ter de escolher entre a família da qual eu nasci, pai, mãe e irmãos e a família que eu construí que seria meu esposo e filho. Pois ambas se posicionaram em lados opostos. Ainda me separei por três dias e fui morar na casa da minha sobrinha e durante esses dias, inventaram muitas fofocas do tipo: ele vai casar com outras. Mas

as fofocas surgiam do lado que meus pais estavam. Aí chegou a época do ouricuri e eles foram. Eu ia ficar do lado dos meus pais, mas uma coisa importante aconteceu, meu filho não estava bem, ele não ficaria bem sem mim ao seu lado. E quando eu soube que meu filho não estava bem, eu fui para o ouricuri com a roupa do corpo. Inventaram que eu fui com um lençol na cabeça para me esconder, mas isso não foi verdade. Eu fui ficar com meu filho. Eu sofri, eu sofri. Pessoas da minha família diziam que eu era fraca.

Ela lamenta a opinião que seus familiares tiveram dela na época do conflito mais acirrado e chama a atenção para os problemas de saúde que essa situação tem causado em pessoas que antes pareciam saudáveis.

E veja só o que essa situação causou, doenças, problemas no povo, antes era só eu e poucas as pessoas que tomavam fluoxetina por outros problemas, mas hoje tem muita gente tomando remédios como esse e é por causa disso, aquela raiva, aquele ódio do povo. E eu tinha resolvido ficar por causa dos meus pais, até porque eu não sabia se o lado do ouricuri novo ia errar ou não, entendeu? Acho que foram os deuses me livrando, porque iriam (povo do ouricuri novo) errar também. E quando eu cheguei no ouricuri, meu filho ficou alegre, o povo que estava no ouricuri me recebeu bem, eu não fui mal recebida. O povo do ouricuri novo dizia: “vá, que eles vão fazer isso e aquilo com você”. Mas nada do que disseram aconteceu, me receberam muito bem e eu digo

yá (obrigada). Eu ia me separar, ele ia estar com outra e eu viver aí, como outras que destruíram suas famílias. Eu vejo muitas que vivem bem e hoje estão longe de filhos e marido. E eu acredito que essas se arrependeram. Ainda existe discussão com minha mãe sobre isso.

Mesmo sendo incompreendida por sua mãe, Ts`tose não desistiu de tentar voltar a ter um relacionamento saudável com seus familiares, sempre resiliente, enfrenta desafios diários para não cortar os laços com aqueles que ama e são importantes na sua vida.

Quando vou na casa de minha mãe, ela manda eu ir ficar com minhas lideranças, ela acredita que são pessoas más, porque houve um mal entendido entre um dele e meu pai, mas aí eu expliquei para ela que o mal entendido foi resolvido e que meu pai recebeu um pedido de desculpas da pessoa que, tinham destrutado ele, e na frente dela eu perguntei a meu pai e ele confirmou. E ela ainda assim, fica sem querer entender. E eu não gostava dessa pessoa pelo mal-entendido com meu pai, mas ele se desculpou e eu vi que ele se redimiou pelo que tinha feito a ele. E depois eu vi que essa liderança trata a gente totalmente diferente, não é como eu achava antes. E o que o povo do outro lado acha até hoje. Mas eles não são, eu digo porque eu sei. Eu vi que eles estão bem humildes, depois que aconteceu isso, eles não estão com história de ganância. Não estão. De jeito nenhum. Eles podem até ter isso dentro deles, mas não estão mais agindo, e é por isso que tudo deles está dando certo. Eu não estou

puxando saco. Eu estou vendo. Só sei que boa parte da minha família, irmãos, sobrinhos, tios, primos, não falam comigo. Eles me julgam porque não passaram pelo que eu passei. Mas que queria que fosse com os filhos deles para eles ver como seria difícil, como era estar no meu lugar. Eu acredito que todo mundo queria estar junto de novo, porque os deuses queriam isso também, afinal eles são da paz, da união. Mas eu sofri, e esse conflito só causou tristeza.

F`doá Fulni-ô é um jovem indígena, descendente de Fowklassa, 28 anos, casado, dois filhos, educador da língua materna *yaathe*, palestrante e compositor de cânticos tradicionais. Em 2018, ano da divisão, ele ficou silencioso, pensativo e apreensivo com o que poderia acontecer com a espiritualidade do Povo. Em 2019, ele não foi para o ouricuri liderado pelos antigos líderes e optou por ficar na aldeia, junto aos seguidores dos novos líderes. Em 2020, houve o primeiro ano do novo ouricuri, com as novas lideranças, F`doá participou e foi assim por três anos, durante esse período, foi uma correria na vida afetiva dele, uma vez que tinha dois filhos muito pequenos e sua esposa decidiu continuar seguindo os líderes do ouricuri velho. Em 2023, por motivos pessoais, abaixo citados por ele, F`doá voltou a participar do ouricuri liderado pelos líderes mais antigos e está lá até o momento dessa pesquisa. Ele buscou solucionar o conflito na sua vida, reflexivo sobre a nova situação e pensando no futuro dos seus filhos. Ele explica, o que vive:

Não me arrependo de nada. De cada ponto que eu fiz, de cada palavra que eu tomei. Meu pensamento não foi modificado, pelo contrário, contribuiu muito na minha formação, cada vez mais,

tudo o que aconteceu comigo, foi e é um teste diário, não só para mim, mas para todos nós, eu acredito nisso tudo desde o início. Eu pensava e ainda penso que tinha que ser da forma que eu pensava no começo, só que eu entendo que existem muitas coisas que podem interferir nas ações dos deuses, e entendo que nada é no nosso tempo, no nosso querer, e sim no tempo dos deuses. É uma questão muito extensa e delicada, quando a gente vem analisar. O motivo de eu ter acompanhado as novas lideranças, foi porque eu sempre acreditei e ouvia os mais velhos explicar como acontecia, e eu sempre acreditei no que me contavam com base no sistema de Yakeããkylha.

F`doá acreditou estar de acordo com o que aprendeu sobre yakeããkylha, e por nenhum momento imaginou a possibilidade de ter dois ouricuri. Ao se deparar com tal realidade, percebeu que tudo estava além de seus conhecimentos e decidiu se nortear pelos seus próprios limites como homem e pai de família.

Mas a princípio eu não tinha essa ideia de ter outro ouricuri, acho que a maioria de nós não tinha certeza do que ia acontecer, e nem eu sabia que se tivesse outro ouricuri, eu iria. Eu não sabia. Tudo foi questão de sentimento, de eu sentir que eu tenho que fazer algo, eu sentir que eu tenho que cumprir algo, algum mandamento, alguma missão, sei lá, alguma coisa assim, eu sempre agi dessa forma, acreditando que tem e tinha um limite para isso, mas no fundo eu sabia que poderia passar do limite que eu imaginava, limite de tempo que estou falando, eu sabia

que eu tinha meu limite também, não descrendo de Yakeããkyalha, mas sim conhecendo a mim mesmo. Eu acredito que foi o propósito de Yakeããkyalha, tinha que acontecer isso e disso nós vamos ter várias lições. E chegou o tempo de eu não suportar mais, não concordar mais viver da forma que eu estava vivendo, de eu não achar justo para mim, devido meu sistema, minha colocação, eu cheguei ao ponto de: “Takoderledo” (está bom, parou). Não é justo comigo, não é justo para minha família, nos estarmos vivendo nessa situação, sendo que eu era o ponto que podia melhor a situação da minha família. Ninguém poderia fazer alguma coisa, além de mim, para que a divisão em si, não afetasse tanto, com proporção maior, a situação de minha família. Se eu levasse meus filhos comigo, eles iriam sentir a falta da mãe, se eles ficassem com a mãe, iriam sentir minha falta.

E pensando nos filhos, F`doá tomou sua decisão e voltou a frequentar o ouricuri velho, leva uma vida mais tranquila e também oferece essa mesma tranquilidade aos seus filhos e sua esposa.

E, por durante três anos, eu fiquei nessa situação, minha correria, eu matava um leão todos os dias e aquilo era muito estressante, até que chegou meu limite e eu voltei para o ouricuri velho. Voltei por eu entender que eu cheguei no meu limite, eu não imaginava que essa divisão ia durar esse tempo todo, eu sabia que não ia acabar no tempo que eu pensava, eu só senti que era para eu fazer. E é por conta disso que eu não me arrependo

de nada. Tudo isso agregou muito no meu conhecimento, na minha fé, eu sabia que se eu continuasse, isso poderia ser afetado, minha fé, minha saúde mental, se continuasse além do limite que eu cheguei. Mas para que eu tomasse essa decisão, teve todo um processo de preparação, e saber que não era uma coisa fácil, o que nós estamos passando, mas que a minha confiança em yakeããkylha e no que eu sou também, me fez tomar essa decisão. Eu sabia que se eu continuasse poderia afetar a visão dos meus filhos que é com quem eu mais me preocupo na educação religiosa, poderia afetar a visão deles sobre Yakeããkylha, até o período que meus filhos não tinham essa compreensão, e poder questionar, estava bom.

A educação espiritual de seus filhos foi um fator crucial na tomada de decisão de F`doá, houve momentos em que ele se preocupou nas consequências que sua ausência iria causar na rotina dos herdeiros.

Mas quando eles chegaram num ponto de já entender algumas coisas, de identificar algumas coisas, que se eu não estivesse perto deles eles poderiam tomar outro rumo, coisa que se eu estiver perto deles eu posso colocar a visão do que eu entendo, o que eu acho que tem que ser seguido de Yakeããkylha. Ou seja, o caso familiar pesou muito mais para mim, por eu ser uma pessoa que presa essa questão de educação religiosa, isso foi o que estava me maltratando. Porque só eu poderia mudar a situação de meus filhos, e eu vou fazer, e fiz. Não me arrependo de

ter ido para o ouricuri novo e nem me arrependo de ter voltado para o ouricuri velho. Eu sempre fui uma pessoa que soube me colocar diante das situações, das pessoas extremistas, que questionam, que brigam por lado, eu sempre fui uma pessoa que soube me impor no meio desse tipo de pessoas, nunca cheguei a discutir, a mostrar fanatismo por questão de lado, pelo contrário, eu sempre respeitei, A, B, C, quem presta e quem não presta, para que quando eu chegasse a tomar qualquer tipo de decisão, A, B, C me respeitasse. Em qualquer situação, hoje eu falo, que desde o começo do mundo, já houve um tempo em que existiu dois ouricuri, mas não foi por muito tempo, que a questão de ter mais de duas lideranças, mais de um pajé e mais de um cacique, por um longo período nunca existiu, porem nos dias atuais, está acontecendo.

F`doá procura respeitar a situação atual e conviver da melhor maneira possível com a comunidade, seguindo com fé e sempre buscando o lado positivo dos fatos.

Temos dois ouricuri, dois pajés e dois caciques, e por minha parte é respeitada essa questão, por eu acreditar que isso faz parte do processo que nós estamos passando. E acredito que lá na frente vai ser o maior aprendizado que a nossa etnia vai ter, não sei como, não sei quando, mas eu sinto que vai ser o maior aprendizado. De certa forma não vejo essa divisão de forma negativa, há vários pontos de vista, para pessoas específicas é muito negativa porque tem todas as questões de preocupações de

saúde, que está afetando no nosso meio, por conta da variedade de pensamentos das pessoas, há quem se preocupa mais, há quem põe o fanatismo em cima de tudo e conseqüentemente aquilo traz doenças psicológicas, doenças físicas, e o ponto de vista positivo é para pessoas que não focam muito nisso, tenta ver algo mais além do que está na nossa vista. Há pessoas que não param para entender o porquê tinha que acontecer isso? Porque eu tinha que passar por isso? Para as pessoas que param e pensam, refletem, meditam, tentam encontrar uma explicação cabível para o que está acontecendo, para essas pessoas vai ter um ponto muito positivo porque é um processo de evolução espiritual, um processo de fé, aprovações, esses são os pontos positivos.

Ele finaliza seu depoimento com opiniões realistas e positivas de acordo com o que ele acredita ter aprendido sobre *yakeããkylha*.

Hoje eu me sinto mais forte do que eu me sentia no começo. Atualmente eu acredito que nós estamos mais vulneráveis, mas continuamos sendo quem nós somos, continuamos preservando o que sempre procuramos preservar, porém em locais diferentes, mas com os mesmos sentidos, com os mesmos pensamentos, os mesmos propósitos.

Feane (significa lua em português), é uma mulher indígena, de 38 anos, casada, mãe de dois, explica como vê essa situação instaurada pelo conflito em 2018:

Vejo toda essa situação com muita tristeza, pois vi muita coisa se desfazendo... Amizades, laços familiares, sonhos, ingenuidades boas e até um pouco da fé de quem muito acreditou em mudanças realmente positivas. Vi muita gente defender sua verdade, sua crença contra tudo e contra todos e depois perceber que o que realmente traz a mudança é a conscientização e união destas consciências. Pois, não importa em quantos "pedaços" o povo se divida, se as pessoas continuarem com a mesma mentalidade, os problemas continuarão.

Ela continua explicando sobre como essa cisão afetou sua vida e lamenta os laços rompidos com pessoas queridas:

No auge dos fatos, me indispus com algumas pessoas por divergências de opinião e ponto de vista e, conseqüentemente algumas relações foram abaladas. Hoje, me encontro distante de pessoas muito importantes na minha vida e, infelizmente, sei que alguns laços não poderão ser restabelecidos. Não como antes.

Siato Araújo de Sá, homem indígena, 32 anos, uma das mais respeitadas lideranças espirituais Fulni-ô. Coordenador da língua materna na Escola Bilíngue Antonio Jose Moreira. Desde seus 17 anos é comprometido a trabalhar para seu Povo. Dono de uma maturidade admirável e guardião de saberes incontestáveis sobre *yakeããkyalha*, Siato tenta seguir à risca os ensinamentos e às regras que sustentam a espiritualidade dos Fulni-

ô para assegurar que as próximas gerações possam ter o que ele recebeu de seus antepassados. Ele traz sua visão sobre o evento de 2018:

Eu acredito que seja um resultado de um acúmulo de problemáticas derivadas da influência não-indígena, política, a qual foi fazendo com que os indígenas, as lideranças em si, fosse se afastando um pouco, um pouco não, muito, foi se afastando da essência espiritual de Fulni-ô, dos ensinamentos dos antepassados, das regras espirituais, das quais foram fugindo por conta de política, de interesses próprios, coisas que nunca foi dos ensinamentos dos nossos antepassados. Houve um conflito grande de ideologias, conflito porque muitas pessoas têm seus pontos de vista, tem seu ponto de apoio e eu acredito que chega uma hora que essas ideologias tiveram que entrar em choque. E a busca da espiritualidade, da essência, foi feita. Agora que infelizmente, ainda há muito o que fazer, porque muitos estavam afastados da essência original da espiritualidade, ainda não se concretizou o que se busca em ambos os lados. Eu acredito.

Ele faz uma reflexão sobre como isso afetou a vida dos Fulni-ô:

O que afetou nas nossas vidas, eu falo no ponto de vista como liderança, o que afetou foi no aumento do compromisso, no sentido de que a gente fica naquele sentimento de que a gente está numa guerra, numa guerra espiritual, de opiniões, de ideologia, e o que afetou mais foi esse aumento de compromisso, de responsabilidade, de proteção aos meus, aos que seguem e até

mesmo aos que não seguem, porque no nosso ensinamento religioso a gente tem que abraçar a todos, já no ponto de vista de pessoas que não são lideranças, tem também aquela questão da força em si, de continuar, até para a gente também como liderança, um dos maiores desafios que eu vi e que eu vejo, é que diante de tantos conflitos, de tantas divergências de opiniões, diante de tantos momentos desgastantes, o maior desafio é a gente manter a fé, e manter a crença no que nossos antepassados deixaram, porque parece que tudo que acontece é para a gente deixar de acreditar no que os nossos antepassados deixaram.

Fenkyá (arteiro, danado em português), homem Fulni-ô, de 30 anos, casado, e pai de uma menina. Artesão, rezador e condutor de cerimônias com as medicinas da floresta. Na aldeia ou no ouricuri e por onde *Fenkyá* anda, sempre leva consigo o respeito como um de seus principais princípios. Cordial com o próximo, ele está sempre disposto a contribuir positivamente ao que lhe compete espiritualmente. Sobre essa situação do conflito, ele explica:

Essa ruptura, na minha visão, do início, aconteceu porque foi preciso. Durante uma certa cosmovisão minha de ver que foi necessário. Porque se continuasse do mesmo modo que estavam todos reunidos, todos iriam acabar de uma vez só. Porque devido ao avanço tecnológico que as pessoas tiveram acesso, e não ter mais um pensamento Fulni-ô sobre alguns fatos. Como: a falta de equidade e de visão do todo e ao nepotismo em muitas visões

significativas dentro de um todo, mas digamos que eu vejo, como se fosse necessário, na visão espiritual da coisa, como se fosse necessária essa ruptura. Em algum tempo, já chegou a afetar muito minha vida, hoje, diante dos fatos que já foram ocorridos, analisados por mim, vejo que não me afeta mais. Segui o que foi me repassado como ensinamento diante da minha jornada, num modo de doutrinação, do espiritual da nossa cosmovisão de um todo, do povo Fulni-ô, eu continuei seguindo a verdade que habitava dentro de mim e não fui de julgar o próximo por ele acreditar na verdade que estava dentro dele.

O artesão acredita que, se houver respeito, com certeza haverá a possibilidade de um convívio mais tranquilo na comunidade Fulni-ô, mesmo o povo seguindo dividido.

Espero que os lados A e B voltem a ser mais tolerantes, respeitosos, uns com os outros, diante de diversos fatos que seguem acontecendo. Que sejamos mais tolerantes uns com os outros, para que por mais que tenhamos visões diferentes, possamos cada vez mais nos respeitarmos. Acreditamos que estamos todos certos diante do que estamos seguindo, e que se isso está acontecendo hoje, essa ruptura, foi por permissão do sagrado.

“Y-euliho kh'la t'sé'ey, awelhanã sakh'fak'ho nekaude êetx'txôonete, nēma akelha ikh'mas'kyatekade yakeas'toalhaude khot'h'lelhase éemakete

*Y-akhukhilhak'tekalha (Meu grande ilustríssimo criador, somente você é capaz de consertar tudo isso, por isso, estou clamando a ti, para que socorra o nosso povo. Estou pedindo a você)
Dê-nos resiliência, dê-nos amplitude de pensamentos e nunca deixe nos faltar fé”. Finalizou Fenekyá.*

Koxkya (palha em português) mulher indígena, 34 anos, casada. A única da família de seu pai que ficou do lado oposto.

*No momento, o que estamos vivendo é tudo meio confuso, só consigo pensar que algum propósito tem para todo esse conflito. No início, afetou muito nossas vidas. No meu comportamento, no meu dia a dia, no meu sono e sonhos também.
A incerteza dos nossos dias só aumentou. Um futuro incerto. Hoje não tenho mais tanta força e vontade como eu tinha antes, nada mais me surpreende. Dentro de casa, com meus familiares teve muito respeito, mesmo sendo só eu do lado oposto da minha família, eles sempre respeitaram a minha decisão, mesmo sendo contra. É ruim demais não ter minha família por completo como era antes. Eu tenho expectativa e esperança que isso vai ter um fim. Mesmo com tantas coisas que nos mostram o contrário. Mas ainda acredito numa força maior.*

Mesmo sentindo medo de não ser compreendida, de cortar os laços com seus pais e irmãos, *Koxkya* sempre se manteve do lado que acreditava estar certo e buscou

alternativas para que o conflito não adentrasse na relação com seus familiares mais próximos.

O meu maior medo dentro dessa divisão foi perder minha família, medo do desprezo de meus pais e irmãos, mas apesar de tanta discórdia. Minha família me acolheu de uma maneira, que talvez, eles nem sabe a força que me deram de seguir nessa caminhada tão árdua. O acolhimento e respeito que tiveram e ainda tem por mim, pode acreditar, foi fundamental pra suportar. Sempre nos demos bem desde do início. Hoje até conversamos sobre o assunto, para mim eles foram um exemplo do que é respeito. Confesso que no início não foi fácil eu tentar esconder o que não podia ser escondido, a vergonha que eu tinha em me posicionar contra todos da minha família. Eita fase ruim!”

Para explicar mais sobre os processos de conflitos e organização Fulni-ô, acho interessante trazer para essa discussão, importantes autores a seguir. Uma sociedade segmentar consiste em uma sociedade dividida em diversos níveis hierárquicos em componentes semelhantes, opostos uns aos outros em cada nível, mas integrados em um nível superior. De acordo com Durkheim (*apud* Melo, 2008), nesse tipo de sociedade, os indivíduos são considerados semelhantes no que se refere à partilha dos elementos constitutivos da consciência coletiva.

De acordo com Melo (2013), a estrutura social Fulni-ô é “razoavelmente homogênea”, isto é, os indivíduos mantêm relações de proximidade, definidas por laços

de parentesco e afinidade ente grupos familiares e/ou por relações fundamentadas em segmentos de linhagens (Radcliff-Brown, 1982 *apud* Melo, 2013). O povo se caracteriza por uma classificação social baseada em linhagens clânicas que dão forma a sua estrutura social. O tipo ideal de relações políticas dessa sociedade se caracteriza pelos valores da solidariedade e reciprocidade indígenas que são fortalecidas durante os períodos que ocorrem o Ouricuri e “noites furtadas”. Essas práticas rituais possibilitam a aproximação entre as pessoas, fortalecimento da conexão entre elas e dissolução de conflitos. Melo (2013) destaca outro papel do ritual que é a cristalização de hierarquias locais e rupturas internas.

Esse autor enfatiza que ocorreu uma intensificação do faccionalismo entre os Fulni-ô na década de 1990 do século XX. Ele parte da hipótese desdobrada por Cordeiro (2009) que argumenta ter sido a imposição da centralização política e administrativa da ação tutelar do estado, a exemplo da implementação do regime tutelar do SPI, sobre as sociedades sem estado, isto é, as sociedades segmentares que provocou processos faccionais. Cordeiro (2009 *apud* Melo, 2013) destaca que a implantação de uma organização centralizadora nas sociedades indígenas não anula a estrutura segmentar dessas sociedades, mas as transformam em uma organização segmentar-faccional. Nesse sentido, observa-se a realização de um ciclo vicioso composto pela retroalimentação do processo de centralização política dessas sociedades que guia para o faccionalismo que por sua vez conduz à centralização. Diante disso, essa organização segmentaria se configurou em um elemento importante para o funcionamento das instituições estatais, bem como para a reprodução das relações de dominação no nível local.

O fenômeno do faccionalismo é definido por Melo (2013) como um processo em que, dentro de um grupo social, subgrupos se organizam contrapondo-se, de modo

estruturado ou não, aos indivíduos que detém poder. Esse poder pode ser de ordem política, religiosa e ou social. Essa contraposição resulta em uma destituição do antigo poder e/ou na ruptura do tecido social.

Sobre o desenvolvimento do conflito na década de 1990, cujo citei anteriormente, Melo (2013) afirma o seguinte:

“Las personas manifestaban sin reparos sus insatisfacciones frente a las inquietudes que emergían del proceso político. Las principales tensiones eran evidentes en el campo de la retórica, pronunciada por múltiples voces de los invisibles segmentos y actores sociales Fulni-ô. Un breve paseo por las 12 calles del pueblo permitía diagnosticar un ambiente de excitadas conversaciones, discusiones que iban tornándose explícitas en las puertas de las casas, escuelas y espacios públicos. Hasta entonces no sabíamos lo que estaba ocurriendo. A cada día surgía una nueva historia, la mayoría de las veces se trataba de mero chisme. El chisme parece tener alguna razón social en las comunidades que presentan cierto grado de homogeneidad. En este caso el chisme tiene la función de tornar el conflicto en un evento público.” (Melo, 2013: 11-12)

Segundo Melo (2013), pelos comentários compartilhados, observava-se que na aldeia sede e no Xixiaclá, havia um grupo insatisfeito com o modo como as lideranças tradicionais (cacique e pajé, isto é, chefes legitimados pelos princípios da tradição) estavam atuando politicamente, na década de 1990 do século XX, momento que se

intensifica o faccionalismo. Esse grupo de novas lideranças reclamava o direito de representação política do povo e buscavam legitimidade. A justificativa fundamental era que as lideranças tradicionais estavam "abusando dos recursos" que o governo brasileiro transferia para escolas, postos de saúde e projetos de produção agrícola. Vale destacar que as lideranças legitimadas são aquelas que ocupavam posição dentro dos segmentos Fulni-ô. No âmbito da cosmologia Fulni-ô, o status da liderança tradicional foi e ainda é entendido como uma dádiva oferecida pelos ancestrais. Diante disso, não pode ser renunciado nem destituído.

As pessoas que criticavam e discutiram sobre os limites da autoridade política das lideranças tradicionais destacavam que o que estava sendo avaliado eram as transações administrativas que essas lideranças estabeleciam com o estado, elemento esse que não tocava na cosmologia Fulni-ô nem a adulterava. Observa-se que a diferença com o momento de ruptura atual é que ocorreu um questionamento acerca da observação das regras, princípios guias e rituais ancestrais que fazem parte da cosmologia Fulni-ô.

Esse grupo de novas lideranças realizou reuniões com a presidência da FUNAI sede em Brasília, buscando legitimidade, bem como o reconhecimento e a institucionalização de uma nova organização política interna que fosse caracterizada pela inclusão dos representantes de todos os segmentos do povo Fulni-ô, ou seja, que fossem representados os cinco clãs que compõem a estrutura política Fulni-ô e fortalecidos os valores ancestrais de solidariedade e reciprocidade entre os clãs – discurso esse que se opunha às lideranças tradicionais, o pajem e o cacique que tiveram suas ações legitimadas pelo SPI na época do reconhecimento étnico, na segunda década do século XX. Nesse caso, as lideranças tradicionais seriam responsáveis exclusivamente pelos assuntos administrativos da religião indígena, que foi identificada por agentes do órgão

governamental como funções políticas supostamente reconhecidas por toda a comunidade.

Atualmente, muitas pessoas estão insatisfeitas com as lideranças do ouricuri novo por que estão sendo repetidas a mesma adoção de procedimentos anteriormente criticados. De acordo com um comerciante Fulni-ô:

Curiosamente, o argumento para a formação de uma representação política, diferente da autoridade tradicional, não foi aceito pela maioria dos indígenas, que interpretaram o movimento de contestação como uma manifestação cismática na religião indígena. Como resultado, surgiram reclamações como "sempre que as responsabilidades dos líderes são questionadas, eles usam a religião contra seu próprio povo.

De fato, o discurso da tradição esteve presente no campo das disputas e a comunidade se dividiu em narrativas que buscavam interpretar o ordenamento da tradição, da cultura. A partir daí, começou o jogo de acusações e as etapas que ocorreram no conflito comunitário. Observa-se a partir da citação de Melo (2013) acima que o discurso rejeitado, na década de 1990 do século XX, passou a ser aceito por contingente maior do povo, promovendo a ruptura ocorrida no contexto do ritual do ouricuri do ano de 2018, após a morte do cacique João Pontes.

De acordo com Melo (2013), ao passo que as lideranças novas e insurgentes conseguiam a simpatia das pessoas que viviam nas aldeias da TI e de lideranças do movimento indígena institucionalizado aumentava a tensão e os conflitos no tecido social Fulni-ô. Havia divergências entres as famílias extensas, algumas pessoas que apoiavam

as novas lideranças e outras que continuavam a seguir as lideranças tradicionais. Os argumentos que foram utilizados na base do conflito ocorrido na década de 1990, não se sustentou nesse conflito mais atual na sociedade Fulni-ô em 2018. O povo já não aceitava mais situações, em que os interesses individuais dos líderes fossem sobrepostos aos interesses comunitário, mesmo que passasse por cima de regras e tradições, o Povo parecia estar com fome de mudança, de voltar a seguir e respeitar as regras ancestrais.

No entanto, observa-se que na nova situação histórica causada pelo conflito, algumas das novas lideranças do grupo recém surgido, visava também atender seus próprios interesses em um jogo de trocas com os agentes sociais administrativos da política indigenista ligada à educação, saúde, assistência social, prefeitura, governo do estado etc. Vale ressaltar que muitos indígenas não gostam muito do termo faccionalismo, mas é importante pensar que esse termo é utilizado na antropologia política e que não se relaciona com as facções de crimes organizados, por exemplo, que é um elemento atual na sociedade brasileira e que muitas vezes quando se fala em faccionalismo as pessoas se remetem a esse tipo de facção, não é isso que está se falando, importante lembrar que Melo (2013) utiliza ferramentas teóricas da antropologia política especialmente de autores da Escola de Manchester para ajudar na compreensão dessas disputas de velhas e novas lideranças dentro do contexto de sociedades indígenas.

As culturas são entendidas aqui como flexíveis, dinâmicas e como produtos históricos, que possuem “campos de manobra”, que segundo Eric Wolf (*apud* Dantas, 2010), neles poderiam emergir escolhas de indivíduos ou grupos, na presença de uma determinada situação histórica, resultando em possíveis mudanças em sua cultura. Nesse sentido, as sociedades passam por transformações, nesses “campos de manobra” segundo as escolhas e interesses de indivíduos e grupos que a compõem, mesmo em contextos

marcados por relações assimétricas de poder. Assim, é o que está ocorrendo há seis anos atrás com a ruptura no meu povo. Essa ruptura se configura em uma transformação na cultura provocada por processos de disputas de novas lideranças políticas e religiosas (Melo, 2013).

De acordo com (Melo 2013), o pajé e o cacique se configuram em categorias políticas impostas pelo órgão estatal. A imposição dessa estrutura política tutelar não respeita as dinâmicas das sociedades indígenas, impondo mecanismos hierárquicos incompatíveis com os valores e princípios organizacionais locais. Ainda segundo ele, historicamente isso implicou que, ao negociar com o Estado, na formulação de novas categorias de lideranças que tivessem como atributo a distribuição de recurso agrícolas (terras, arrendamentos, sementes e gado) dentro da comunidade, o que teria contribuído para o clientelismo e as relações promiscuas derivadas dessas relações. A partir daí, a composição política dos Fulni-ô seria composta por dois representantes (membros de organização política interna Fulni-ô) e a figura do inspetor (nomeado pelo SPI) Hernández Díaz (1983), em sua dissertação de mestrado na Universidade de Brasília em 1983, reconhece, a época do trabalho de campo realizado entre os Fulni-ô no ano anterior (1982), a preexistência do tipo de instituição política denominada conselho:

Tradicionalmente, os Fulni-ô tem como autoridades de seu povo um cacique, um pajé e um grupo de líderes que são reconhecidos como líderes. Os cargos, de maior magnitude e relevância, os que são ocupados com mais respeito dentro da comunidade são os de cacique e pajé, cabe ao conselho do povo (cacique, pajé e lideranças) tomar decisões. (Hernández Díaz, 1983:71).

CAPÍTULO IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS, COMO ESTAMOS HOJE

Neste ano de 2024, aparentemente o povo parece acostumar-se com tal ruptura, mas é visível o quanto essa situação não faz bem à comunidade. Há relatos sobre o adoecimento de vários indígenas, principalmente, com problemas psicológicos e emocionais. A procura por psicólogos cresceu exponencialmente durante este conflito, desde 2018. É um drama o que tem acontecido com a vida das crianças, dos jovens, dos anciãos, o quanto eles têm sofrido com essa situação. Há anciãos que acreditam e esperam pela união; e a fé das crianças; e a cabeça dos jovens a respeito dessa situação, como ficam?

Ao conversar com alguns parentes indígenas, minhas observações a respeito desse suposto “acostumar-se com a situação” se confirmam, estamos tentando viver da melhor forma, para que essa situação pare de afetar de forma negativa as nossas vidas, emocionalmente, socialmente e espiritualmente.

Apresento os comentários sobre os caminhos que esse conflito está nos levando, *Tkodōkya* explica:

As perspectivas que tenho dessa situação é que foi um processo de demolição da nação Fulni-ô, porque nós só podemos ser fortes juntos. Então vejo que foi para exterminar mesmo com tudo, acabar, porque separados nós não somos nada. Mas acho que não foi propositalmente de nenhum lado, isso eu enxergo hoje. Tenho quase certeza que ninguém esperava chegar na situação que se encontra. De quem partiu esse problema, de quem quer que seja, acho que pensava que os outros iriam consentir, de um

jeito ou de outro, não esperava tamanha desgraça. O tempo passou e as nossas mentes mudaram, mesmo machucadas, elas foram moldadas pelo tempo. Digo isso por mim e por muitos de quem escuto os lamentos. Chegamos até ficar doentes, mas a medicina, na maioria das vezes, não explicava. Porque a medicina não ultrapassa o corpo físico. Na verdade, a nossa alma que estava doente, tem algumas pessoas que explicam que podem ter sido marcadas pelos deuses, os quais acreditamos, mas eu me recuso a acreditar nisso, porque os deuses em quem confiamos jamais seria capaz de tamanha maldade com todo o povo Fulni-ô. Vejo que fomos nós mesmos, os humanos que não soubemos agir diante das vontades de Deus.

Ela faz uma breve observação a partir da opinião daqueles que afirmam que a divisão, o conflito em Fulni-ô foi coisa de Deus.

Como Deus iria marcar uma situação dessa? Se ele existe em nós, através da união e do respeito de todos juntos. O Deus em que eu acredito, jamais queria nos destruídos como estamos, no início desse terrível acontecimento eu pensava que ia ser passageiro e que logo um dos lados iria se conscientizar que errou. E poderia ser até o lado que eu estou, e aí iríamos nos redimir, uns aos outros, e os que acertaram iriam acolher e perdoar, mas não aconteceu, foi totalmente diferente. A cada dia que passava ficava cada vez mais difícil demonstrar ao outro que estava errado. Sabe por que isso? Porque até hoje, ninguém descobriu quem

realmente está errado, se há algum erro ou alguém errado. Até hoje falar dessa situação para muitos é um momento muito pesado e difícil, para mim é uma tortura, nem tenho como apagar porque se repete a cada momento em meus dias, porque tudo faz lembrar o que vivemos juntos, sendo que parece que estamos tão distantes, que as vezes nem notamos que não teria para que sentirmos saudades uns dos outros, se vemos eles todos os dias? E não podemos fazer o que mais queríamos fazer, demonstrar o tanto da importância que tem e o tanto da falta que a pessoa deixou. Mas que na verdade nós torturamos quando nos vemos, porque sempre temos lembranças de coisas boas, sem falar que nem todos aguentam lembrar de mistérios ocultos que não podemos expressar, por ser particulares entre o povo Fulni-ô.

Tkodōkya finaliza seu depoimento como pouca expectativa no homem e muita fé e esperança em forças superiores.

As expectativas são poucas, mas minhas esperanças são muitas porque temos forças superiores que não pode acabar.

*Queria que as crianças e os jovens pudessem conhecer o verdadeiro mistério do povo Fulni-ô, que voltando a falar, não está sendo apresentado, não está sendo praticado os ensinamentos por motivo da separação, estamos só no faz de conta mesmo, do dia da divisão, até os dias de hoje (*Tkodōkya*, informação verbal).*

Em continuação ao depoimento de Ts`tose, a qual citei anteriormente, mulher indígena guerreira, acredita que essa situação pode se reverter:

Eu acho que o povo pode voltar a se falar, como já tem pessoas hoje que não se suportavam e já se suportam, mas eu não sei na religião. Mas quem sabe é Eedjadwa (Deus). Mas eu tenho esperança. Eu não tinha não, no começo, mas agora eu tenho. Se um dos ouricuri acabar, foi por permissão de Eedjadwa. porque se foi feito dois ouricuri, foi com permissão dele. Eu acho. Porque ele tinha o poder de fazer permanecer só um (Ts`tose, informação verbal).

Sobre as transformações que viveu e o que espera do futuro, ela continua explicando:

O primeiro ano no ouricuri sem a maior parte de minha família foi ruim, fiquei mal. Eu não saía de casa. Não ia para a rua onde era a casa de minha mãe, quando eu passava por lá eu chorava. Eu fiquei ansiosa e preocupada pensando como seria o primeiro dia. E me perguntava: como vai ser meu Deus? Era um primeiro dia, mas eu não estava com clima. Era Ouricuri, primeiro dia, era para eu estar alegre como todos nós ficávamos, mas eu não fiquei, fiquei naquela angústia. E meu pai! Minha mãe! Minha família! Eu fiquei atacada, triste, com meio mundo de pensamentos, aí minhas amigas fizeram um caneco de garapa para eu beber. Eu estava lá com meu filho, mas estava faltando

uma parte de mim, eu não estava totalmente preenchida. Naquele primeiro ano, não foi bom, foi horrível, pra mim, não foi pela parte religiosa, foi pela falta que eu sentia do meu povo. Mas com o passar dos dias, tive que ir me acostumando com a ausência deles. Hoje, já passo na porta da casa que era da minha mãe e não fico mais com como eu fiquei, não fico mais com a sensação de que eu estava sendo arrojada, como um pano torcido. Agora, se eu estivesse mal, ainda, eu dizia, não esconderia, e eu nem ficaria lá. Mas graças a Deus eu estou bem. E minhas funções religiosas, que eu tinha deixado de fazer, voltei a fazer. E eles respeitaram minha decisão quando eu achei melhor ficar quieta no meu canto. Mas não abriam mão de mim e hoje eu voltei. Mas eu voltei porque eu senti que era para eu voltar a fazer minhas obrigações.

Ts`tose fala da importância de sua relação com seu pai e dos ensinamentos que ele lhe passou e lhe passa.

E meu pai entendeu, e me disse: “Minha filha quem sabe o que passou foi você e esse movimento não foi à toa, e quem sou para dizer alguma coisa. Eu sei que você está fazendo serviços para os deuses, quem quiser falar de você, que fale, aí é só você ir calada”. E eu senti que eu estava sendo requerida e pensei comigo mesma: “Estou aqui e não vou estar me negando para os serviços de nossa religião”, e quem quiser ter raiva de mim, tenha, quem quiser falar, fale e pronto. E só eu sei meus motivos.

Como eu iria me sentir? Meu filho de um lado e eu de outro? Filho é uma parte da gente, e ainda mais quando só temos um. Diferente de minha mãe, que tem muitos, ela pode sentir minha falta, mas tem os outros para preencher. Eu acho que eu fui até forte, já era para eu estar tomando remédios mais forte e estar numa situação ainda mais pior. Mas tudo isso foi um aprendizado, eu aprendi tantas coisas. Antigamente eu não era humilde, só que agora eu sou, depois disso tudo, eu só quero ver o bem, chega eu faço as pessoas que estão afastadas se falar, eu acho que eu sou de Jesus.

Ela fala de seu comportamento para com os parentes Indígenas que voltaram a frequentar o ouricuri velho e ressalta a importância de não criticar e nem julgar o próximo.

Eu sou daquelas pessoas que quando alguém volta para o ouricuri, eu deixo bem à vontade, e quando eu vejo alguém querendo criticar, dizendo: “hum não sei para que fulano veio”, eu digo logo: “à toa, aqui ninguém é dono não”. Tudo isso é porque eu não sou má. Tem gente do nosso lado que diz: “eu mesmo não quero papo”, mas querendo, que eu sei. Se eu pudesse ser ouvida pelas lideranças de ambas as partes, eu diria a elas conversassem para fazer o que fosse melhor para o povo, por que eles não estão pensando no bem do povo, mas um dia eu digo, posso não dizer a todos, mas em quem eu puder dizer, eu digo. Eu sinto que a solução está nas lideranças, elas não estão sendo humildes. Quando eu estava me recuperando de um problema de

saúde, antes dessa grande divisão, eu vi os dois ouricuri, eu queria até chamar os quatro líderes, mas meu marido não deixou, em quem eu pude eu avisei que viria coisa pesada, mas achavam que eu estava delirando. Mas eu tenho esperança dessa divisão acabar. E essa é a minha história, mas quem não sabe, pensa o que quiser. Infelizmente estamos em ouricuri separados, mas somos um povo só (Ts`tose, informação verbal).

Para o professor F`doá, a resolução de tudo isso ainda está por vir, chegará no momento certo. Ele afirma que essa situação do conflito coloca algumas pessoas em uma situação injusta:

Se isso não acontecer (a solução para esse impasse), e todos nós acreditamos que Deus é justo. Quando a resolução disso tudo chegar, eu acredito que vai ser exposto para todos nós, esse grande ensinamento. Eu acredito que tudo que acontece é permitido por Deus. E se nos, carne podre, tentar se aprofundar, poderemos chegar a informações que não é para nós, e poderemos nos prejudicar de alguma forma, é o que eu procuro entender que é o contrário das pessoas de hoje. Mas o que eu analiso é que aos poucos está desinflamando muitas coisas por conta dos laços familiares que existem entre os dois Ouricuri, está desinflamando várias feridas e as pessoas estão evoluindo, de certa forma, aos poucos estão procurando a aceitar isso que

está acontecendo. Mas sempre existe aquela mágoa que ainda está em desenvolvimento, é superar. Todos os acontecimentos, as amizades desfeitas, os relacionamentos desfeitos, estão sendo digeridos ainda. Quando lembramos do início disso, era uma turbulência que estava insuportável, mas que hoje a gente já sente que está aliviando aos poucos, em questão de convivência, mas que o assunto ainda é muito delicado. Na minha visão, espiritualmente ainda estamos em decadência, por conta do fanatismo e extremismo de algumas pessoas. Socialmente, talvez estejam procurando engolir essa situação, mas espiritualmente é outro assunto. Mas acredito que enquanto houver um Fulni-ô tendo o “respeito” segundo Yakeaakyalha (nossa história) como filosofia de vida, sempre vai haver esperança. Eu acredito que não deve-se levar pelo que se ouve, mas sim pelo que se sente em questão de Yakeankyalha, e se eu vivenciei foi porque eu senti, tudo o que eu passo é porque eu sinto, e é por essa linha de pensamento que eu vou que eu quero passar para os meus filhos, justamente por eu prevê um futuro de que pode haver essa confusão mental para as crianças, afetar as crianças futuramente, nessa visão sobre yakeããkyalha, porque aconteceu isso? Porque foi permitido? (F`doá, informação verbal).

F`doá continua analisando que alguns pais podem não saber o que dizer aos filhos, mas ele procura encontrar maneiras de explicar para seus filhos. Ele se preocupa com as

crianças da comunidade em como elas estão vivendo e sentido esse conflito com a separação radical de pessoas próximas da família. Ele acredita que apesar de tudo isso que estão passando, ele se sente uma pessoa melhor, mais forte, mais evoluída:

“Por conta de eu sempre ter analisado essa situação com cautela, sem julgamento, sem querer puxar para algum lado, sem extremismo. Sempre procurei ter essa cautela. Apesar de tudo, não me arrependo de nada”.

Em meio à turbulência de sensações e sentimentos diante do que estava e está acontecendo com a estrutura de nosso povo, *F`doá* sempre se guiou pelo que mais forte sentia, em sua decisão de acompanhar os novos líderes e de voltar para seguir os antigos líderes.

Feane, mulher indígena, explica sobre suas perspectivas e expectativas dessa situação:

*No meu ponto de vista, é uma situação bem difícil de se resolver, se depender apenas do homem... Pois este, parece prezar mais pela posse da razão e do poder sobre os demais do que pelos princípios da fé e da verdade. O que começou como uma luta em prol da igualdade, justiça e preservação das tradições genuínas que mantiveram o povo Fulni-ô vivo e atuante até os dias atuais, hoje soa como uma briga entre quem sabe e pode mais. No entanto, trago em mim a esperança de que o ego perca essa batalha e que o espiritual prevaleça (*Feane*, informação verbal).*

Ela continua explicando sobre a surpresa do evento e que isso gerou tomadas de decisões sem pensar no coletivo, que se tivesse a chance de voltar no tempo, reveria suas atitudes:

A única coisa que faria diferente, seria ter tido uma visão menos pessoal diante das divergências de opinião. Na verdade, eu ainda acredito na legitimidade de nossas intenções iniciais. Porém, o ego humano tende a cometer erros que podem comprometer toda a legitimidade de uma causa. Eu diria para as pessoas que deixassem a vaidade de lado e dessem voz a quem realmente é grande (Feane, informação verbal).

Siato, homem indígena, liderança espiritual Fulni-ô explica sobre suas expectativas que resolução desse impasse que estamos vivendo:

Eu acredito que essa situação de Fulni-ô, por mais que ela tenha sido resultante de várias problemáticas que foram se acumulando com o tempo, ela foi necessária, e a perspectiva que eu tenho é de chegar a um consenso final, a uma ideologia final, a uma busca verdadeira, das pessoas enxergar a verdade. Voltar a ser como era, seria ser muito surrealista, mas eu acredito que vai chegar uma hora em que entrem num consenso comum da religião e da organização em si de Fulni-ô. Que acabe ou que não acabe, eu acho que vai chegar um ponto de que ambos os lados se respeitem, se compreendam ou então que se unam.

Quando pergunto a Siato se, vendo o passado, hoje, pudesse rever seus atos, o que ele teria feito, ele me responde:

Existem três pontos de vista nessa resposta: 1- se eu não soubesse de tudo que ia acontecer, mesmo que, a partir do momento que houve a quebra do regimento religioso na escolha do cacique, e eu calculasse quais seriam os prejuízos, o que poderia acontecer, na nossa comunidade eu teria feito a mesma coisa que eu fiz, porque eu não conseguiria abandonar os ideais deixado pelos nossos antepassados eu faria tudo novamente, tudo que foi feito. 2- se eu soubesse o que iria acontecer, eu poderia não ter me envolvido muito ou, então, ter me apresentado mais, ter lutado mais; 3- se eu soubesse o que ia acontecer e mesmo assim eu não tivesse outro caminho, eu também faria a mesma coisa, porque por mais que não tenha sido como muitos imaginaram, mas é como diz aquela história, o que não lhe mata lhe fortalece, e hoje eu me vejo como uma pessoa forte diante das situações e que a visão, o conceito de Eedjadwa, de Yakeããkyalha, não mudou, o conceito que eu tinha. Possa ter mudado a forma, como Eedjadwa age, como Eedjadwa faz, eu acredito que tudo é ensinamento, e a gente vai aprendendo (Siato, informação verbal).

Ao ouvir os meus parentes, pessoas Fulni-ô é possível compreender a ruptura que esse conflito causou. Optei por trazer os longos depoimentos na íntegra porque somente assim, é possível repassar neste trabalho a intensidade dos acontecimentos.

Cada sentimento individual, cada ação tomada revela a agência de cada um de nós para lidar com a situação. Alguns são guiados com sabedoria em buscar a sanidade e cuidado seu e de seus familiares. No entanto, outros e outras se perderam, analisando essa situação vejo isso com preocupação. A resolução do coletivo como um todo, como acontecia no ouricuri não está acontecendo mais, isso é o grande problema que vivemos.

Me aproprio das discussões de Stephen Baines (1990) para afirmar que há um contexto de relações interétnicas que nos encontramos com diversos agentes não indígenas e diversos indígenas Fulni-ô, a situação é complexa no jogo de relações entre diversos atores com identidades e sentimentos distintos. E as relações de sujeição e dominação variam ao longo do tempo, essa perspectiva histórica e processual que Baines (1990) enfatiza deve ser o pano de fundo dos conflitos Fulni-ô.

No entanto, acredito e espero que assim como os povos indígenas tem enfrentado as adversidades externas para preservar suas identidades e tradição cultural, ao longo de mais de quinhentos anos de invasão do Brasil, nós Fulni-ô consigamos resolver a situação atual do conflito e ruptura do nosso povo da melhor forma e o mais breve possível, para que as futuras gerações não sejam prejudicadas ainda mais que a geração atual.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen. 1990. “*É a Funai que sabe*”. *A frente de atração Waimiri Atoari*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Barth, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185-227

CLASTRES, Pierre. 2003. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1998. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ed. UNESP.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 2017. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora. 432 pp.

DANTAS, M. A. *Estratégias indígenas: dinâmica social e relações interétnicas no aldeamento do Ipanema no final do século XIX*. In: (Org.). Oliveira, João Pacheco de. *A presença indígena no Nordeste*. 2011. Pp. 413-445.

DANTAS, Mariana Albuquerque.

_____. **Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no**

Aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860 – 1920). Dissertação de

Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

DURKHEIM, Émile. *Formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália* / Émile Durkheim; (tradução Joaquim. São Paulo: Pereira Neto; revisão Joaquim Sobral). Ed, Paulinas, 1989.

HAVILAND, Willian; PRINS, Harald; WALRATH, Dana; McBRIDE, Bunny. 2011. *Princípios de Antropologia*. SP: Cengage Learning.

HERNÁNDEZ Díaz, Jorge. *Os Fulni-ô: relações interétnicas e de classe em Águas Belas*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 1983.

KRENAK, Ailton. 2018. “A potência do sujeito coletivo” (entrevista). *Revista Periferias*, 1 (1).

KRENAK, Ailton. 2020. *A vida não é útil*. SP: Companhia das Letras.

LARAIA, Roque de Barros. 2001. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

LATOUR, Bruno. 2013. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MELO, Wilke. *Política, poder local, identidade entre os Fulni-ô de Águas Belas – PE*. Monografia de bacharelado em Ciências Sociais, UFPE, RECIFE. 2008.

MELO, W. *Identidade étnica e reciprocidade entre os Fulni-ô de Pernambuco*. In: SCHÖREDER, P. *Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2011. Pp. 121-140.

_____. **Dinâmicas políticas indígenas: una interpretación etnográfica del fenómeno político en el proceso de resistencia étnica Fulni-ô en noreste de Brasil**. Universidad Iberoamericana. México-DF. 2013.

PINTO, Estevão. *Etnologia Brasileira/ (Fulniô - os últimos Tapuias)*. Ed. Ilustrada. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1956. 303 p.

QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RADCLIFF-BROWN, Alfred Reginald, 1881 – *Estrutura e função na sociedade primitiva*; trad. De Nathanael C. Caixeiro. Petropolis, Vozes, 1973. 272p.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. & FORDE, D. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

RIBEIRO, Darcy. 1985; *Os índios e a civilização*; Detalhes: 2.^a ed., 460 p., mapas. São Paulo: Círculo do Livro.

SESC em Pernambuco. *Patrimônio, Cultura e Identidade, Preservação da Língua Yathê do Povo Fulni-ô*. Youtube, 28 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=cNCqJCsbgW8>

WALSH, Catherine. 2019. *Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial*. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. Universidade Federal de Pelotas, V. 05, N. 1, Jan.-Jul.